

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Senado	PLS 511/2017	Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	19.12.2017	EM TRAMITAÇÃO	Paulo Paim	CAE	02.04.2019	CAE	Em reunião realizada em 02/04/2019, a matéria foi retirada de pauta, para reexame.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7351695	Deliberação pelo Plenário
Câmara	PL 2079/2019	Dispõe sobre o piso salarial dos profissionais de Psicologia. Dados Complementares: Altera a Lei nº 5.766, de 1971.	Mauro Nazif	04.04.2019	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Dr. Luiz Ovando	CSSF	21.11.2019	CSSF	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 07/11/2019 a 21/11/2019). Não foram apresentadas emendas.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1728685&filename=PL+2079/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 1015/2016	Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar o piso salarial da categoria.	Dr. Jorge Silva, Sergio Vidigal	31.03.2015	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Sidney Leite	CFT	17.11.2021	CFT	Aprovado o Requerimento de Retirada de Pauta do Deputado Sanderson	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1316315&filename=PL+1015/2016	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 1858/1991	Modifica a redação do art. 22 da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que "altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas".	Sigmaringa Seixas	17.09.1991	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Magela	CCJC	06.11.2003	PLEN	Discussão em turno único Retirado de pauta por Acordo dos Srs. Líderes	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=181688&filename=PL+1858/1991	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1220/2007	Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.	Jovair Arantes	31.05.2007	APENSADO AO PL 7419/2006	Darcisio Perondi	CSSF	24.05.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2751/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=465726&filename=PL+1220/2007	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	PL 1612/2019	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a devolução da Carteira Nacional de Habilitação ao condutor reincidente na infração da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, à realização de avaliação médico-psicológica, que poderá cominar na necessidade de participação em programa educativo sobre álcool e outras drogas e na participação em tratamento médico-psicológico.	Slyvenson Valentim	20.03.2019	EM TRAMITAÇÃO	Fabiano Contarato	CCJ	09.02.2020	CCJ	Recebido, às 11h10min, relatório do Senador Fabiano Contarato com voto pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Matéria pronta para Pauta na Comissão.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7929517	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PL 8085/2014	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.	Ana Amélia	12.11.2014	AGUARDANDO CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Sérgio Brito	PL808514	08.12.2021	MESA	Indeferido o Requerimento n. 2.429/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, com fundamento no caput do art. 142 do Regimento Interno da Câmara. Oficie-se. Publique-se."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1285897&filename=PL+8085/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 149/1999	Restringe exames obrigatórios na renovação da CNH.	Enio Bacci	03.03.1999	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)			27.08.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4526/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1787534&filename=PL+149/1999	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	PLS 98/2015	Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.	Davi Alcolumbre	10.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Fabiano Contarato	CCJ	13.05.2020	CCJ	Recebido, às 10h, o relatório do Senador Fabiano Contarato, com voto pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4756851	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PL 5189/2019	Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Trânsito.	Fabiano Contarato	24.09.2019	EM TRAMITAÇÃO	Zequinha Marinho	CE	05.10.2021	CE	Reunida a Comissão, nesta data, é realizada Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento REQ 11 e 13/2021-CE, para instrução desta matéria, com a presença dos seguintes convidados:- Flávio Emir Aduara - Diretor Científico da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - Abramet;- Fernando Alberto da Costa Diniz - Presidente da ONG Trânsito Amigo;- Everaldo Valenga Alves - Coordenador-Geral de Educação de Trânsito da Secretaria Nacional do Trânsito - SENATRAN;- Francisco Vieira Garonce - Observatório Nacional de Segurança Viária;- Juliana Guimarães - Diretora Científica da Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - Abrapsit;- Luis Carlos Paulino - Coordenador-Geral da Associação Brasileira de Educação de Trânsito no Nordeste - ABETRAN;- Édina de Almeida Poletto - Diretora Técnica do Departamento de Trânsito do Espírito Santo - DETRAN/ES.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8015876	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PDL 135/2020	Susta os efeitos dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 8º, da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.	Marcel Van Hattem, Tiago Mitraud, Vinicius Poit, Paulo Ganime, Lucas Gonzalez, Gilson Marques, Alexis Fonteyne	01.04.2020				27.04.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 28/04/21 PAG 679	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1872594&filename=PDL+135/2020	

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PDL 145/2020	Susta os efeitos dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - COVID-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.	Chris Tonietto	09.04.2020	AGUARDANDO DESPACHO DO PRESIDENTE DA Câmara			09.04.2020	PLEN	Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo n. 145/2020, pela Deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), que: "Susta os efeitos dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1879719&filename=PDL+145/2020	
Câmara	PL 4655/2009	É introduzida a Subseção VI na Seção III da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com o conceito de sobrepena e suas consequências. Dados Complementares: Caracteriza como sobrepena as situações degradantes, tais como: superlotação carcerária, maus tratos, tortura e falta de assistência médica e psicológica sofrida pelos reclusos ou detentos, implicando em redução da pena.	Glauber Braga	12.02.2009		Pedro Lupion	CCJC	29.08.2019	CCJC	Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CCJC, pelo Deputado Pedro Lupion (DEM-PR). Parecer do Relator, Dep. Pedro Lupion (DEM-PR), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=632769&filename=PL+4655/2009	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 2213/2021	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer como condição necessária para a progressão ao regime aberto e da concessão do benefício da saída temporária a aplicação do exame criminológico.	Alex Manente	16.06.2021	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)			24.06.2021	PLEN	Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2029361&filename=PL+2213/2021	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1331/2020	Veda as concessões de liberdade provisória ou de prisão domiciliar aos presos ou aos internados recolhidos aos estabelecimentos penais ou socioeducativos, motivadas pela pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil.	Sanderson, Dr. Jaziel, Carla Zambelli, Márcio Labre, Bia Kicis	31.03.2020	APENSADO AO PL 978/2020			15.04.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3424/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1872036&filename=PL+1331/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 3740/2021	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a assistência psicológica nos estabelecimentos penais.	Delegado Pablo	26.10.2021	APENSADO AO PL 6275/2019			14.12.2021	CSPCCO	Recebimento pela CSPCCO.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2094879&filename=PL+3740/2021	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 629/2015	Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos.	Vitor Valim	06.03.2015	AGUARDANDO AUTOGRAFOS	Patrus Ananias	CCJC	08.05.2018	MESA	Remessa ao Senado por meio do Of. nº 68/2018/PS-GSE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1307091&filename=PL+629/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 5075/2001	Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	Poder Executivo	13.08.2001	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Ibrahim Abi-Ackel	CCJC	10.02.2005	CCP	Projeto pronto para a pauta tendo em vista pareceres enquanto apensado, da CCOVN, pela rejeição; e da CCJC, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=73368&filename=PL+5075/2001	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 713/2019	Altera o art. 61, do Código Penal para considerar agravante o cometimento do crime em razão da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, gênero e/ou deficiência.	Marília Arraes	13.02.2019	APENSADO AO PL 5406/2020 (Nº ANTERIOR: PLS 787/2015)	Pastor Eurico	CCJC	12.04.2021	CCJC	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-5406/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712117&filename=PL+713/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3485/2021	Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, revogando o inciso V do art. 111 e incluindo o art. 119-A, com a finalidade de tornar imprescritíveis os crimes previstos no art. 217-A do código penal brasileiro.	Vinicius Gurgel	07.10.2021	APENSADO AO PL 4667/2019			24.11.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/11/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2087126&filename=PL+3485/2021	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 7764/2014	Acrescenta artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a revista pessoal.	Ana Rita	02.07.2014	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	José Medeiros	CCJC	29.10.2019	CCJC	Assegurada a inscrição para discussão da matéria à Deputada Erika Kokay.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1263634&filename=PL+7764/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 8045/2010	Código de Processo Penal.	José Sarney	22.12.2010	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	João Campos	PL804510	02.12.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4005/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1638152&filename=PL+8045/2010	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 5065/2016	Altera o artigo 2º da Lei 13.260/2016, dando nova redação ao seu caput e ao seu § 1º, inciso V, acrescentando os incisos VI, VII e VIII ao seu § 1º, e revogando o seu § 2º.	Delegado Edson Moreira	26.04.2016	APENSADO AO PL 149/2003	Hugo Leal	CSPCCO	18.05.2021	MESA	Retirado o PL 5389/2020, em face do deferimento do Requerimento n. 885/2021, nos termos do artigo 104, caput, c/c o art. 114, VII, do RICD Apense-se a este(a) o(a) PL-1347/2021.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0skg26vhyx5a1ucwdaxm.m11436742514.node0?codteor=1638152&filename=PL+5065/2016	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1184/2003	Dispõe sobre a Reprodução Assistida.	Lucio Alcantara	03.06.2003	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Diego Garcia	CCJC	10.11.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3461/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=137589&filename=PL+1184/2003	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 9858/2018	Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a atividade terrorista de movimentos sociais.	Rogério Marinho	22.03.2018	APENSADO AO PL 9604/2018			14.04.2021	CSPCCO	Recebimento pela CSPCCO, apensado ao PL-9604/2018	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1646561&filename=PL+9858/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 2053/2011	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir a pena de recolhimento domiciliar, extinguir o regime de albergamento, modificar o sistema progressivo de cumprimento de pena e os requisitos à obtenção do livramento condicional, e dá outras providências.	Hugo Leal	17.08.2011	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Alexandre Leite	CCJC	10.03.2021	CCJC	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Alexandre Leite, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 03/02/2020)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=909712&filename=PL+2053/2011	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 4827/1998	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.	Zulaiê Cobra	10.11.1998	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Arthur Oliveira Maia	CCJC	04.07.2013	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 05/07/2013, PAG 28667.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=142198&filename=PL+4827/1998	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 2773/2000	Altera a redação do art. 235, do Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia.	Alceste Almeida	04.04.2000	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Marcelo Ortiz	CCJC	29.05.2014	PLEN	Apresentação do Requerimento n. 10341/2014, pelo Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.773, de 2000, que "Altera a redação do art. 235, do Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia".	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=17979&filename=PL+2773/2000	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 6871/2006	Altera a redação do art. 235 do Código Penal Militar, excluindo do nome jurídico o termo "pederastia" e do texto a expressão "homossexual ou não" e acrescentando parágrafo único, para excepcionar a incidência.	Laura Carneiro	05.04.2006	APENSADO AO PL 2773/2000			18.04.2006	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 19/04/06 PAG 19519 COL 01.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=385890&filename=PL+6871/2006	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 7430/2017	Altera os artigos 122 e 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer incidência do crime de perigo para a vida ou saúde de outrem sobre a conduta de induzir ou instigar, por disseminação em meios informáticos, eletrônicos, digitais ou comunicação em massa, a automutilação ou outros perigos de vida e saúde e determinar aumento de pena para o induzimento ao suicídio com utilização desses meios. (PL Baleia Azul).	Aureo	18.04.2017	APENSADO AO PL 7047/2017			29.10.2019	PLEN	Declarado prejudicado em face da aprovação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei 8.833, de 2017, adotada pela Relatora da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Sessão Deliberativa Extraordinária de 29/10/2019 – 20h03 – 34ª Sessão).	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1546446&filename=PL+7430/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 7582/2014	Define os crimes de dolo e intolerância e cria mecanismos para cobri-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.	Maria do Rosário	20.05.2014	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Delegado Eder Mauro	CSPCCO	14.10.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado Publicado no DCD de 15/10/2021.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1254961&filename=PL+7582/2014	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3391/2012	Estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	Carlos Bezerra	08.03.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Valtenir Pereira	CCJC	21.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-374/2019.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=968693&filename=PL+3391/2012	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 5317/2013	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para acrescentar o crime de tráfico interno e internacional de pessoas.	Giroto	04.04.2013	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Fábio Trad	CCJC	02.12.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4127/2021.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1072789&filename=PL+5317/2013	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 2149/2020	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), proibindo a concessão de prisão domiciliar ou qualquer outra medida alternativa ao preso acusado ou condenado por crime hediondo ou membro de facção ou de organização criminosa, em decorrência de surto, epidemia, pandemia, endemia ou situação assemelhada.	Paulo Eduardo Martins	23.04.2020	APENSADO AO PL 9896/2018			10.02.2021	CCJC	Recebimento pela CCJC.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1885640&filename=PL+2149/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3611/2020	Dispõe sobre a Política Nacional de Recuperação de Dependentes de Substâncias Químicas no Sistema Prisional.	Sóstenes Cavalcante	02.07.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Pastor Sargento Isidório	CSSF	16.09.2021	CSSF	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 02/09/2021 a 16/09/2021). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1909678&filename=PL+3611/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PLS 179/2018	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso.	Elmano Férrer	16.04.2018	EM TRAMITAÇÃO	Ciro Nogueira	CCJ	09.08.2021	CCJ	Devolvido pelo relator, Senador Giro Nogueira, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7718775	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PLS 89/2015	Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.	Humberto Costa	04.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Alessandro Vieira	CCJ	26.06.2019	CCJ	Devolvido pelo Senador Alessandro Vieira, para redistribuição.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4324164	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PLS 73/2015	Altera o disposto no art. 213, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para agravar a pena para quem cometer o crime de estupro.	Romário	03.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Rodrigo Pacheco	CCJ	18.02.2021	CCJ	Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Pacheco, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3616638	Deliberação pelo Plenário
Câmara	PL 7791/2010	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a assistência educacional devida aos presos.	Demóstenes Torres	01.09.2010	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			21.05.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4725/2020.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=800655&filename=PL+7791/2010	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3503/2004	Define os direitos das vítimas de ações criminosas e regulamenta o art. 245 da Constituição Federal, para criar o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (Funav), além de outras providências.	José Sarney	10.05.2004	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA; PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Luiz Couto	CCJC	16.12.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-6175/2019.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=216684&filename=PL+3503/2004	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3473/2000	Altera a Parte Geral do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.	Poder Executivo	18.08.2000	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Ibrahim Abi-Ackel	CCJC	14.02.2014	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-7123/2014.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=23940&filename=PL+3473/2000	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	PDL 185/2020	Susta parcialmente os efeitos da Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 17 de março de 2020, com relação aos arts. 2º, 3º, 4º e 5º, que enunciam recomendações ao Poder Judiciário acerca de medidas preventivas e repressivas da Covid-19 no âmbito das	Alessandro Vieira	30.04.2020	EM TRAMITAÇÃO			30.04.2020	PLEN	Encaminhado à publicação no DSF de 07/05/2020.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8102431	

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 9054/2017	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Renan Calheiros	08.11.2017	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA		19.06.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2976/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1619253&filename=PL+9054/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PEC 1/2015	Altera o art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, de forma escalonada em cinco exercícios: 15%, 16%, 17%, 18% e 18,7%.	Vanderlei Macris	05.02.2015	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Carmen Zanotto	PEC00115	06.07.2016	PLEN	Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1298081&filename=PEC+1/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 4247/2008	Consolida a legislação sanitária federal.	Tião Viana	06.11.2008	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Márcio Macêdo	CCJC	29.04.2014	PLEN	Adiada a votação em face do encerramento da Sessão.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=611324&filename=PL+4247/2008	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PLP 123/2012	Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União. Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.	Darcísio Perondi	02.02.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Francisco Jr.	CCJC	10.03.2021	CCJC	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Francisco Jr., não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 03/02/2020)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=961682&filename=PLP+123/2012	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 7082/2017	Dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos.	Ana Amélia	13.03.2017	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Aureo Ribeiro	CCJC	25.11.2021	MESA	Apresentação do Requerimento n. 2478/2021, pelo Deputado Pedro Westphalen (PP/RS), que "Requer, nos termos regimentais, a inclusão na Ordem do Dia o PL 7082/2017, que "dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1255085&filename=PL+7082/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 7585/2014	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	Humberto Costa	21.05.2014	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	CSSF	16.04.2021	CSSF	Designado Relator, Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1255085&filename=PL+7585/2014	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 8420/2017	Dá nova redação à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para alterar a composição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).	Luiza Erundina	30.08.2017	AGUARDANDO Apreciação PELO Senado	Odórico Monteiro	PLEN	01.07.2021	PLEN	Apresentação da Declaração de Voto n. 1 MESA, pelo Deputado Lincoln Portela (PL/MG). Apresentação da Declaração de Voto n. 2 MESA, pelo Deputado Abílio Santana (PL/BA).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1593024&filename=PL+8420/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PEC 383/2017	Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Danilo Cabral	09.11.2017	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	André Figueiredo	PEC38317	02.12.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 383-A, de 2017, do Sr. Danilo Cabral e outros, que "altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)" Publicado em avulso e no DCD de 03/12/2021, Letra B.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1820954&filename=PEC+383/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PLP 321/2013	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e dá outras providências.	Comissão de Legislação Participativa	29.08.2013	APENSADO AO PLP 123/2012			26.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-155/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1123028&filename=PLP+321/2013	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 6858/2013	Estabelece diretrizes gerais para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.	Erika Kokay, Amaro Neto	02.12.2013	AGUARDANDO Apreciação PELO Senado	Pedro Cunha Lima	CCJC	30.05.2019	MESA	Remessa ao Senado por meio do Of. nº 92/2019/PS-GSE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1200983&filename=PL+6858/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 3/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras de monitoramento em Unidades de Terapia Intensiva - UTI de hospitais públicos e privados.	Ricardo Barros	02.02.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Pedro Westphalen	CSSF	10.07.2019	CSSF	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1296681&filename=PL+3/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PDC 1023/2018	Susta o Decreto nº 9.462 de 8 de agosto de 2018, que altera o regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.	Patrus Ananias, Nilto Tatto, João Daniel	14.08.2018	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Benedita Da Silva	CSSF	11.09.2021	CSSF	Designada Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1680815&filename=PDC+1023/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PEC 439/2018	Suprime os artigos 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114 da Constituição Federal incluídos pela Emenda Constitucional 95/2016.	Pedro Uczai	14.08.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Danilo Cabral	CCJC	10.03.2021	CCJC	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Danilo Cabral, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 03/02/2020)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1680689&filename=PEC+439/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PDL 701/2019	Susta a Portaria nº 2.979/GAB-MS, de 12 de novembro de 2019, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.	Alexandre Padilha	19.11.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Carla Dickson	CSSF	07.04.2021	CSSF	Aprovado requerimento n. 68/2021 da Sra. Carmen Zanotto que requer a realização de audiência pública para discutir os Projetos de Decretos Legislativos nº 701, de 2019, nº 705, de 2019, e nº 23, de 2020. Designada Relatora, Dep. Carla Dickson (PROS-RN)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1834875&filename=PDL+701/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 2955/2020	Acrescenta o § 8º-A ao art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir a disponibilização de serviços de atenção psicossociais aos profissionais de saúde envolvidos nas ações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.	Bira Do Pindaré	28.05.2020	APENSADO AO PL 2375/2020			16.04.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação inicial em avulso e no DCD de 17/04/21 PAG 186	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=189607&filename=PL+2955/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 4456/2012	Acrescenta inciso VI ao art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para incluir programas de assistência psicossocial dentre os projetos apoiados pelo Fundo.	Renan Calheiros	18.09.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Vicente Candido	CFT	07.01.2019	CFT	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1026629&filename=PL+4456/2012	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PDC 17/2015	Susta a aplicação da Resolução nº 11, de 18 de Dezembro de 2014, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.	Pr. Marco Feliciano	17.03.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS (CDHM)			21.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-108/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1309852&filename=PDC+17/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3080/2020	"Institui a política pública nacional para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autismo, e dá outras providências."	Alexandre Frota	02.06.2020	APENSADO AO PL 1874/2015			29.11.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3925/2021. Apense-se a este(a) o(a) PL-3929/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1900098&filename=PL+3080/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PDL 249/2020	Susta os efeitos da Portaria 1325, de 18 de maio de 2020, que revoga o capítulo III do anexo XVIII da Portaria de Consolidação no. 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata do Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, no âmbito da PNAISP.	Fernanda Melchioni, David Miranda, Marcelo Freixo, Sâmia Bomfim e outros	03.06.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Alexandre Padilha	CSSF	19.05.2021	CSSF	Designado Relator, Dep. Alexandre Padilha (PT-SP).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1900400&filename=PDL+249/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 5592/2016	Institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 (três) anos - Precoce.	Erika Kokay	15.06.2016	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E FAMÍLIA (CCJC)	Alencar Santana Braga	CCJC	02.10.2019	CCJC	Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Alencar Santana Braga (PT-SP). Parecer do Relator, Dep.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468365&filename=PL+5592/2016	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 8489/2017	Dispõe sobre as condições de realização de provas para pessoas com dislexia comprovada por meio de laudo médico.	Luis Tibé	05.09.2017	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Rejane Dias	CPD	22.11.2021	CCJC	Recebimento pela CCJC.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1594726&filename=PL+8489/2017	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PDC 912/2018	Susta a Resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017, da Comissão Intergestores Tripartite, do Ministério da Saúde, que "Estabelece as Diretrizes para o Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)".	Erika Kokay, Angelim, Jandira Feghali	17.04.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Dr. Zacharias Catil	CSSF	21.06.2021	CCJC	Recebimento pela CCJC.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1652613&filename=PDC+912/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 8275/2019	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para determinar o atendimento psicológico e psiquiátrico nos estabelecimentos penais.	Norma Ayub	04.12.2019	APENSADO AO PL 5444/2016			13.12.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3740/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1841122&filename=PL+8275/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	PLS 447/2018	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para regulamentar a internação compulsória para reincidentes em situação de rua que representem uma ameaça à integridade física de qualquer pessoa.	Rose de Freitas	21.11.2018	EM TRAMITAÇÃO			21.12.2018	CCJ	A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.	https://legis.senado.leg.br/sileg-getter/documento?dim=7888789	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PL 5857/2009	Autoriza o Poder Executivo Federal, em articulação com os municípios sedes das regiões administrativas, a criar clínicas públicas para dependentes químicos de álcool e drogas.	Sueli Vidigal	25.08.2009	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Dulce Miranda	CSSF	17.06.2021	CSSF	Designada Relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=683147&filename=PL+5857/2009	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 2908/2015	Regulamenta o exercício da atividade de Conselheiro em Dependência Química.	Comissão de Legislação Participativa	04.09.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Pastor Sargento Isidório	CSSF	16.09.2021	CSSF	Designado Relator, Dep. Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1381903&filename=PL+2908/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 7187/2014	Dispõe sobre o controle, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização e a distribuição de maconha (cannabis sativa) e seus derivados, e dá outras providências.	Eurico Júnior	25.02.2014	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			03.02.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-6475/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1231177&filename=PL+7187/2014	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 6327/2019	Autoriza o sistema único de saúde a estabelecer convênios com entidades que atuam no tratamento de pessoas com dependência química.	Comissão De Legislação Participativa	09.12.2019	APENSADO AO PL 5857/2009			10.02.2020	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação inicial em avulso e no DCD de 11/02/20 PAG 140.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1843232&filename=PL+6327/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 5158/2020	Obriga os planos de saúde a fornecer atendimento multiprofissional, inclusive com terapias baseadas na Análise de Comportamento Aplicada sob a sistemática composta por supervisor e assistente terapêutico, à criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista – TEA ou que possua atrasos no seu desenvolvimento que indiquem risco de TEA.	Léo Moraes, Célio Studart	12.11.2020	APENSADO AO PL 2003/2019			04.10.2021	PLEN	Apresentação do Requerimento de Desapensação n. 1936/2021, pela EDUCAÇÃO, que "Requer a desapensação de vários projetos do PL 1874/2015".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1941718&filename=PL+5158/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 4309/2012	Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental", para determinar a criação e a implantação de um sistema integrado de informações sobre a doença de Alzheimer.	Eduardo Amorim	10.08.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Silvia Cristina	CSSF	01.06.2021	CCP	Parecer recebido para publicação. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Segurança Social e Família Publicado em avulso e no DCD de 02/06/21 PAG 132, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1018498&filename=PL+4309/2012	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 8632/2017	Dispõe sobre a Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da Vida.	Garibaldi Alves Filho	20.09.2017	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Pompeo De Mattos	CCJC	24.11.2021	MESA	Apresentação do Requerimento n. 2461/2021, pelo Deputado Dimas Fabiano (PP/MS), que "Requer a inclusão na Ordem do Dia do PL nº 8632/2017, que "dispõe sobre a Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da Vida".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1599782&filename=PL+8632/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3272/2021	Isenta as Comunidades Terapêuticas, que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, da cobrança de taxas e encargos na obtenção de licenças e demais documentos necessários ao seu funcionamento.	Mara Rocha	22.09.2021	APENSADO AO PL 2083/2019			28.10.2021	CSSF	Recebimento pela CSSF.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2078095&filename=PL+3272/2021	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 2574/2007	Cria Centros de Saúde nos estabelecimentos prisionais com mais de 100 presos e prevê atendimento em ambulatório na própria unidade prisional por profissionais de saúde nas prisões com até 100 detentos.	Comissão De Legislação Participativa	07.12.2007	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)	Magda Mofatto	CSPCCO	23.11.2021	CSPCCO	Designada Relatora, Dep. Magda Mofatto (PL-GO)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=529550&filename=PL+2574/2007	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	PEC 32/2015	Institui o Sistema Parlamentar de Governo e dá outras providências.	Fernando Collor, Acir Gurgacz e Outros	23.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Simone Tebet	CCJ	21.12.2018	CCJ	A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4462111	Deliberação pelo Plenário
Senado	PL 3723/2019	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes.	Poder Executivo	26.06.2019	Pedido de Vistas	Marcos do Val	CCJ	15.12.2021	CCJ	Pedido de vistas	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8050891&ts=1639614632087&dispositivo=online	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 6438/2019	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes, e dá outras providências.	Poder Executivo	12.12.2019	Pronta para Pauta na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)	Eduardo Bolsonaro	CREDN	10.12.2021	CREDN	Apresentação da Complementação de Voto, CVO 1 CREDN, pelo Dep. Eduardo Bolsonaro Inteiro teor Parecer com Complementação de Voto, Dep. Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), pela aprovação deste, das Emendas de Plenário nºs 1, 2, 3, 4, 8, 9 e 11, com Substitutivo, e pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 5, 6, 7 e 10	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?sessionid=ncde01f3n30ayouac1pha95in7e4439080322.node0?codteor=1846254&filename=PL+6438/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)
Câmara	PL 3722/2012	Disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas.	Rogério Peninha Mendonça	19.04.2012	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Laudívio Carvalho	PL372212	29.11.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3792/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=986560&filename=PL+3722/2012	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3941/2004	Altera disposições da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).	Nelson Bornier	08.07.2004	APENSADO AO PL 9433/2017	João Campos	CSPCCO	22.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-211/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-211/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=233340&filename=PL+3941/2004	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 7986/2017	Altera o inciso X do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo para os fiscais agropecuários nos termos que disciplina.	Josi Nunes	29.06.2017	APENSADO AO PL 6070/2016			22.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-211/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-211/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1573852&filename=PL+7986/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	PDL 69/2021	Susta o Decreto nº 10.627, de 12 de fevereiro de 2021, que "altera o Anexo I ao Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprova o Regulamento de Produtos Controlados", o Decreto nº 10.628, de 12 de fevereiro de 2021, que "altera o Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição", o Decreto nº 10.629, de 12 de fevereiro de 2021, que "altera o Decreto nº 9.846, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o registro, o cadastro, e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e atradores." e o Decreto nº 10.630, de 12 de fevereiro de 2021, "que altera o Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas".	Randolfe Rodrigues, Eduardo Girá, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Jorge Kajuru, Mara Gabrilli, Leila Barros, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Fabiano Contarato, Renan Calheiros, Paulo Paim	18.02.2021	EM TRAMITAÇÃO			01.07.2021	PLEN	Junta da página oficial do PDL 55/2021 a cópia eletrônica da manifestação da Associação Nacional Movimento Pró Armas (ANMPA), sediada em Campo Grande/MS.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9926755	

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 7005/2013	Acrescenta os §§ 3º e 4º na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.	Serys Shlessarenko	18.12.2013	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO NO PLENÁRIO (PLEN)	Luiz Couto	CCJC	29.10.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-5501/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1214822&filename=PL+7005/2013	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PDL 113/2019	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que "Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal."	Paulo Pimenta, Afonso Florence e outros	12.04.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Luiz Philippe de Orleans e Bragança	CCJC	27.08.2021	CCJC	Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP). Parecer do Relator, Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela inconstitucionalidade deste e dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 115/2019, 118/2019, 119/2019, 120/2019, 121/2019, 125/2019, 131/2019, 132/2019, 135/2019, 136/2019, 138/2019 e 139/2019, apensados.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1732287&filename=PDL+113/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1759/2020	Dispõe sobre a criação do Plano Emergencial de Reversão Produtiva (PERP) para assegurar a reorganização do setor produtivo e econômico com o objetivo de gerar insumos essenciais que visem a proteção das equipes de saúde e da população frente à pandemia de COVID-19; institui o Fundo Emergencial de Reversão Produtiva e dá outras providências.	Fernanda Melchionna, Luiza Erundina, Sâmia Bomfim, David Miranda, Talíria Petrone, e outros	09.04.2020	APENSADO AO PL 1285/2020			14.04.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação inicial em avulso e no DCD de 15/04/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1879667&filename=PL+1759/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 2163/2020	Modifica a Lei nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020, para determinar aos meios de comunicação a divulgação do serviço "Iguê 188", destinado ao atendimento gratuito e sigiloso de pessoas em sofrimento psíquico, enquanto durar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	David Miranda, Edmilson Rodrigues, Sâmia Bomfim, Fernanda Melchionna, Glauber Braga,	24.04.2020	AGUARDANDO VISTAS	Vitor Lippi	CCTCI	15.12.2021	CCTCI	Lido o Parecer pelo Relator Vista ao Deputado Luis Miranda.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1885822&filename=PL+2163/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 978/2020	Dispõe sobre medidas penais, processuais penais e socioeducativas emergenciais a respeito da população carcerária brasileira após o decreto da Organização Mundial da Saúde (OMS) de pandemia decorrente do alastramento das infecções pelo coronavírus (COVID-19), levando em consideração o elevado risco à sociedade em geral e, em especial, às pessoas em privação de liberdade, aos agentes penitenciários e aos demais servidores vinculados às Secretarias de Administração Penitenciária, demandando medidas urgentes com vistas à preservação dos direitos fundamentais à vida e a saúde, nos termos da Constituição Federal de 1988.	Talíria Petrone, Glauber Braga, Natália Bonavides	24.03.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Padre João	CSSF	02.06.2021	CSSF	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 19/05/2021 a 02/06/2021). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1870313&filename=PL+978/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 428/2011	Altera dispositivo do Código Civil para inserir a mediação familiar como recomendação na regulação dos efeitos do divórcio.	Luiz Couto	16.02.2011	AGUARDANDO APRECIÇÃO PELO SENADO	Rubens Pereira Júnior	CCJC	11.08.2017	MESA	Remessa ao Senado por meio do Of. nº 189/2017/PS-GSE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=840932&filename=PL+428/2011	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	SBT 2 CSSF => PL 916/2020	Dispõe sobre a regulamentação de consultas com médicos, terapeutas, psicólogos e nutricionistas por meio de tecnologia da informação e da comunicação em casos de calamidade pública e quarentena nos moldes da Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.	Dra. Soraya Manato	09.11.2021				09.11.2021	CSSF	Apresentação do Substituto n. 2 CSSF, pela Deputada Dra. Soraya Manato (PSL-ES).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2101877&filename=SBT+2+CSSF+3D%3E+PL+916/2020	
Câmara	PL 916/2020	Dispõe sobre a regulamentação de consultas com médicos, terapeutas, psicólogos e nutricionistas por meio de tecnologia da informação e da comunicação em casos de calamidade pública e quarentena nos moldes da Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.	Coronel Armando, Adriana Ventura	24.03.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Capitão Alberto Neto	CCJC	16.12.2021	CCJC	Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 17/12/2021)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1870148&filename=PL+916/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 2550/2019	Determina que as equipes de Saúde da Família tenham em sua composição pelo menos um fisioterapeuta e um psicólogo	André Ferreira	25.04.2019	APENSADO AO PL 1111/2019			11.11.2019	CFT	Recebimento pela CFT, apensado ao PL-1111/2019	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1737786&filename=PL+2550/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 1111/2019	Determina a inclusão obrigatória de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais nas equipes da Estratégia Saúde da Família.	Célio Studart	25.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Eduardo Braide	CSSF	12.11.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Segurança Social e Família Publicado em avulso e no DCD de 13/11/19 PÁG 516, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1714736&filename=PL+1111/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PLC 131/2012	Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.	Câmara	20.12.2012	EM TRAMITAÇÃO	Regina Sousa	CAS	04.04.2019	CAS	Matéria aguardando distribuição.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4420974	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PAR 1 CSPCCO => PL 4815/2019	Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a implementação de ações de assistência social, promoção da saúde mental e prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social; a atuação preventiva de acompanhamento psicológico e multidisciplinar aos seus familiares; e a realização de conferências para debater as diretrizes dos planos de segurança pública e defesa social.	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	25.08.2021				25.08.2021	CSPCCO	Apresentação do Parecer de Comissão n. 1 CSPCCO, pela SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2063990&filename=PAR+1+CSPCCO+3D%3E+PL+4815/2019	

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 1878/2019	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.	José Medeiros	28.03.2019	APENSADO AO PL 2527/2015			21.05.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(PL)-1563/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1725566&filename=PL+1878/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 2478/2019	Designa a obrigatoriedade de psicólogo educacional em todas as instituições de ensino no país.	Julian Lemos	23.04.2019	APENSADO AO PL 2354/2019			23.05.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação inicial em avulso e no DCD de 24/05/19 PÁG 381.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1736311&filename=PL+2478/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 2806/2019	Determina a presença de psicólogos em escolas de ensino fundamental da rede pública.	Gustinho Ribeiro	09.05.2019	APENSADO AO PL 1571/2019			27.05.2019	CIDOSO	Recebimento pela CIDOSO.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1745000&filename=PL+2806/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 3426/2019	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para assegurar, nos estabelecimentos de ensino, da rede pública e privada de educação básica, a atuação profissional de assistentes sociais, psicólogos (as) e nutricionistas.	José Ricardo	11.06.2019	APENSADO AO PL 2729/2019			05.07.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação inicial em avulso e no DCD de 06/07/19 PÁG 68.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1762738&filename=PL+3426/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 4537/2019	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas Escolas públicas de educação básica.	Marreca Filho	15.08.2019	APENSADO AO PL 2729/2019			02.09.2019	CIDOSO	Recebimento pela CIDOSO.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1790637&filename=PL+4537/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 7419/2006	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.	Luiz Pontes	09.08.2006	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7419, DE 2006, DO SENADO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE OS PLANOS E SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE", E APENSADOS (PL 7419/06), PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Hiran Gonçalves	PL741906	14.09.2021	PL741906	Aprovado requerimento n. 13/2021 do Sr. Chico D'Angelo que requer a inclusão do Sr. Leandro Nascimento Farias - Coordenador do Movimento Chega de Descaso, na Audiência Pública que debaterá o "Atendimento dos Beneficiários pelos Prestadores". Aprovado requerimento n. 15/2021 do Sr. Rodrigo de Castro que requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o "Custo da Variação Médico-Hospitalar" no âmbito do Projeto de Lei nº 7.419, de 2006, com os seguintes convidados: 1) Representante do Instituto Brasileiro Atuária - IBA; e 2) Representante Instituto de Estudos de Saúde Suplementar - IESS. Aprovado requerimento n. 16/2021 do Sr. Rodrigo de Castro que requer a realização de Audiência Pública para tratar de regras contratuais, com os seguintes convidados: 1) Representante do Instituto Brasileiro de Direito Contratual - IBDCONT; e 2) Representante Instituto Brasileiro de	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=413919&filename=PL+7419/2006	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	PLS 649/2015	Estabelece a obrigatoriedade do psicólogo e/ou psiquiatra informar ao empregador de paciente atestado incapaz temporariamente para o trabalho em razão de comprometimento da saúde mental.	Davi Alcolumbre	29.09.2015	EM TRAMITAÇÃO	Humberto Costa	CAS	22.02.2021	CAS	Devolvido pelo relator, Senador Humberto Costa, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sileg-getter/documento?dm=4134201	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PL 6959/2010	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Naturista.	Comissão De Legislação Participativa	11.03.2010	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Erika Kokay	CTASP	23.11.2021	CTASP	Aprovados os Requerimentos de Retiradas de Pauta, dos Deputados Sanderson e Tiago Mitraud.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=743001&filename=PL+6959/2010	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1549/2003	Disciplina o exercício profissional de Acupuntura e determina outras providências.	Celso Russomanno	24.07.2003	AGUARDANDO APRECIÇÃO PELO Senado	Fábio Trad	CCJC	09.12.2019	MESA	Decisão da Presidência exarada à Questão de Ordem n. 61/2019, do seguinte teor: "[...] Por essas razões, não conheço da QO n. 61/2019. Sem embargo, esclareço ao ilustre Deputado que, nos termos do § 2º do art. 104 do RICD, proposições de iniciativa coletiva, como é o caso do REC n. 38/2019, serão retiradas "a requerimento de, pelo menos, metade mais um dos subscritores", independentemente de o número de subscritores remanescentes ser superior ao exigido para sua apresentação. Esclareço, outrossim, que, ex vi do Inc. VII do art. 114 do RICD, a decisão sobre a retirada de proposições como o referido recurso cumpre a esta Presidência, não cabendo sua submissão ao Plenário. Ante o exposto, não conheço da presente questão de ordem, porquanto esse instituto do processo legislativo não se	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=150115&filename=PL+1549/2003	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 3804/2012	Regulamenta a profissão de Naturólogo.	Giovani Cherini	03.05.2012	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Maurício Dziedricki	CTASP	06.04.2021	CTASP	Retirado de pauta, de ofício.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=988045&filename=PL+3804/2012	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 4887/2020	Regulamenta o exercício da profissão de Constelador Familiar Sistêmico ou Terapeuta Sistêmico.	Erika Kokay, Rogério Correia, Nilto Tatto e outros	09.10.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Flávia Morais	CTASP	20.04.2021	CTASP	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 01/04/2021 a 20/04/2021). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1935904&filename=PL+4887/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PLS 174/2017	Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista.	Telmário Mota	06.06.2017	EM TRAMITAÇÃO	Irajá	CAS	14.12.2021	CAS	Em reunião realizada em 14/12/2021, a apreciação da matéria foi adiada.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5321205	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PL 4076/2001	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde" incluindo os procedimentos preventivos no rol dos serviços a serem oferecidos pelas empresas do setor.	Henrique Fontana	08.02.2001	APENSADO AO PL 7419/2006	Fábio Ramalho	CCJC	19.10.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-955/2020.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=936793&filename=PL+4076/2001	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	PL 1518/2020	Dispõe sobre o uso do teleatendimento em atividades da área de saúde pública durante a crise causada pela epidemia de Covid-19.	Izalci Lucas	06.04.2020	EM TRAMITAÇÃO			21.05.2020	SLSF	Recebido o Requerimento nº 433, de 2020, do Senador Izalci, de retirada do Requerimento nº 430, de 2020, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 1275 e 1518, de 2020.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8089035	
Senado	PL 1187/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para determinar a assistência psicológica remota para as pessoas em situação de isolamento ou quarentena.	Rose de Freitas	30.03.2020	EM TRAMITAÇÃO			31.03.2020	PLEN	Encaminhado à publicação no DSF de 02/04/2020.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8082262	
Câmara	PL 1705/2019	Acréscena parágrafo ao art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para assegurar a autonomia profissional do psicólogo.	Erika Kokay	26.03.2019	APENSADO AO PL 7389/2002			04.06.2019	MESA	AÇÃO SANEADORA - O PL n. 1729/2019 foi renumerado para PL n. 1705/2019 em razão de duplicidade verificada no sistema de numeração compartilhado pela Câmara e pelo Senado.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1723793&filename=PL+1705/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	PLS 439/2015	Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração.	Donizeti Nogueira	07.07.2015	EM TRAMITAÇÃO	Chico Rodrigues	CDR	18.11.2021	CDR	Recebida MOÇÃO Nº 04/2020, da Câmara Municipal de Votuporanga/SP, pela aprovação do Projeto de Lei Nº 439/2015.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4379805	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PLS 101/2018	Regulamenta a profissão de psicanalista.	Telmário Mota	13.03.2018	EM TRAMITAÇÃO	Jayme Campos	CAS	15.12.2020	CAS	Devolvido pelo Senador Jayme Campos, para redistribuição.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7645160	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PL 4026/2019	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as contribuições destinadas ao sustento das entidades sindicais, inclusive a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Aroldo de Oliveira	10.07.2019	EM TRAMITAÇÃO	Rose de Freitas	CCJ	27.11.2019	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Rose de Freitas, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7979224	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PL 818/2015	Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de psicologia nas unidades hospitalares e dá outras providências.	Major Olimpio	18.03.2015	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Pedro Westphalen	CSSF	20.05.2021	CSSF	Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CSSF, pelo Deputado Pedro Westphalen (PP/RS). Parecer do Relator, Dep. Pedro Westphalen (PP-RS), pela rejeição deste, do PL 9419/2017, e do PL 4725/2019, apensados.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1311098&filename=PL+818/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 6126/2013	Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.	Poder Executivo	20.08.2013	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Hiran Gonçalves	CSSF	15.05.2019	CSSF	Aprovado requerimento n. 138/2019 do Sr. Pastor Sargento Isidório que requer a inclusão de Representante do Exército Brasileiro e Representante do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria - CBOO, no Seminário para discutir o Projeto de Lei nº 6126/2013, que altera a Lei nº 12.842/2013, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da medicina.	http://www2.camara.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1117641&filename=PL+6126/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 252/2003	Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.	Jorge Bornhausen	07.03.2003	AGUARDANDO VISTAS	Eduardo Cury	CCJC	15.12.2021	CCJC	Apresentação do Parecer do Relator n. 12 CCJC, pelo Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP). Parecer do Relator, Dep. Eduardo Cury (PSDB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do Substitutivo da Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público e dos Projetos de Lei nºs 6.004/2013, 3.912/2012, 1.718/1999, 2.945/2004, 745/2007, 985/2007, 1.009/2007, 6.837/2010, 7.054/2010, 1.418/2011, 1.798/2011, 3.609/2012, 4.379/2012, 4.426/2012, 4.790/2012, 4.869/2012, 5.693/2013, 6.263/2013, 6.298/2013, 7.245/2014, 643/2015, 1.367/2015, 1.872/2015, 6.730/2016, 8.542/2017, 10.204/2018, 10.459/2018, 10.807/2018, 139/2019, 6.332/2019, 5.089/2020, 499/2021, 5.019/2020, 1.423/2019, 3.543/2015, 2.150/2011, 5.476/2013, 9.662/2018, 1.170/2015, 2.558/2015, 3.831/2021, 2.077/2015, 5.257/2019, 4.042/2015, 7.913/2014, 1.704/2015, 4.115/2015, 939/2019, 842/2019, 5.068/2019, 10.356/2018, 1.491/2019, 6.533/2019, e 239/2020, apensados; e pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 6.249/2013, apensado.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=115608&filename=PL+252/2003	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 6757/2010	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre coação moral.	Inácio Arruda	05.02.2010	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Lucas Vergílio	CTASP	14.09.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-1399/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=732630&filename=PL+6757/2010	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3980/2000	Dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal e dá outras providências.	Geraldo Candido	13.12.2000	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Maurício Quintella Lessa	CCJC	22.12.2020	PLEN	Rejeitado o requerimento n. 2793/2020 do Sr. Enio Verrí que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº 1.531, de 2015, apensado.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1819265&filename=PL+3980/2000	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 7683/2017	Altera o art. 34 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto", para incluir entre os deveres da entidade de prática desportiva empregadora o de garantir assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.	Marcelo Crivella	19.05.2017	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Celina Leão	CESPO	08.12.2021	CCP	Parecer recebido para publicação. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão do Esporte Publicado em aviso e no DCD de 09/12/2021, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1561424&filename=PL+7683/2017	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 9904/2018	Regulamenta o princípio da legalidade administrativa em todas as esferas da administração pública direta e indireta.	Valdir Colatto	27.03.2018	APENSADO AO PL 8970/2017			28.02.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-623/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1647810&filename=PL+9904/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 1418/2011	Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública federal e dá outras providências.	Walney Rocha	24.05.2011	APENSADO AO PL 252/2003			22.02.2019	MESA	Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-524/2019 porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=876231&filename=PL+1418/2011	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 309/1999	Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública federal e dá outras providências.	Enio Bacci	17.03.1999	APENSADO AO PL 289/1999			21.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-68/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=32545&filename=PL+309/1999	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 7574/2006	Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.	Enio Bacci	22.11.2006	AGUARDANDO APRECIÇÃO PELO Senado	Zezéu Ribeiro	CCJC	18.12.2012	MESA	Remessa ao Senado por meio do Of. nº 2.249/12/SGM-P. Desapensação do PL 1.381/2007 (ex-apensado) deste, em função do seu arquivamento, nos termos do artigo 163 c/c 164, § 4º, do Regimento Interno da Câmara.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=426102&filename=PL+7574/2006	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 7267/2002	Adiciona-se dispositivo à Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, e dá outras providências.	José Carlos Coutinho	05.11.2002	APENSADO AO PL 4076/2001	Dr. Francisco Gonçalves	CSSF	11.11.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-5881/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=101688&filename=PL+7267/2002	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3512/2008	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.	Professora Raquel Teixeira	04.06.2008	AGUARDANDO APRECIÇÃO PELO Senado	Sandro Mabel	CCJC	12.04.2010	MESA	Remessa ao Senado por meio do Ofício nº 250/10/PS-GSE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=57260&filename=PL+3512/2008	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 275/2019	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 667, de 1969, para tornar obrigatória a realização de exames psicológicos para ingresso e permanência nos quadros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiro Militar bem como nos cursos de reciclagem.	Rubens Otoni	04.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Carmen Zanotto	CSSF	19.02.2020	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família Publicado em aviso e no DCD de 20/02/20 PÁG 444, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707158&filename=PL+275/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 2808/2019	Impõe aos órgãos e entidades da administração pública a obrigação de assegurar assistência psicológica de caráter sigiloso para as Mulheres vítimas de assédio no ambiente profissional em razão do gênero a que pertencem, e dá outras providências.	Édna Henrique	09.05.2019	APENSADO AO PL 6764/2013			22.05.2019	CTASP	Recebimento pela CTASP.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1745004&filename=PL+2808/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 4725/2019	Torna obrigatória a presença de psicólogos nas unidades de saúde de atendimento de urgência e emergência	Célio Studart	27.08.2019	APENSADO AO PL 818/2015			11.09.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em aviso e no DCD de 12/09/19 PÁG 442.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1797721&filename=PL+4725/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 2394/2020	Autoriza, aos profissionais da área da saúde, o exercício da profissão à distância por meio de tecnologias, na forma que especifica.	Adriana Ventura	05.05.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Hiran Gonçalves	CSSF	15.12.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4114/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1908504&filename=PL+2394/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PL 518/2021	Institui o Programa de Incentivo ao Exercício Profissional de Recém-Formados de Graduação da Área da Saúde no Âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	Jorge Kajuru	22.02.2021	EM TRAMITAÇÃO			22.02.2021	PLEN	Encaminhado à publicação, em 22/02/2021.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8928213	
Câmara	PL 3360/2020	Altera o art. 4º da Lei nº 6.932, de 1981, para dispor sobre o valor da bolsa dos médicos-residentes e seu reajuste anual, bem como sobre auxílio-alimentação e auxílio-moradia concedidos a esses beneficiários.	Dra. Soraya Manato	17.06.2020	APENSADO AO PL 2803/2019			11.03.2021	CSSF	Recebimento pela CSSF.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1904556&filename=PL+3360/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 504/2021	Cria a Política Nacional de Residência em Área Profissional da Saúde.	Alexandre Padilha	19.02.2021	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	CSSF	07.10.2021	CSSF	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 30/09/2021 a 07/10/2021). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1964794&filename=PL+504/2021	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	SUG 40/2019	Regulamentação da "Psicoterapia" como prática privativa de Psicólogos com CRP ativo	Programa E-Cidadania	11.07.2019	EM TRAMITAÇÃO	Humberto Costa	CDH	30.07.2021	CDH	Avocada a relatoria pelo Presidente da Comissão, Senador Humberto Costa (art. 129 do RISF).	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7985812&ts=1627953307165&dispositivo=online	
Senado	PLC 31/2010	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.	Câmara	13.04.2010	EM TRAMITAÇÃO	Izalci Lucas	CE	10.08.2021	CAS	Matéria aguardando distribuição.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4378260	Deliberação pelo Plenário
Câmara	PL 6004/2013	Regulamenta o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, estabelecendo normas gerais para a realização de concursos públicos na Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União.	Marconi Perillo	17.07.2013	APENSADO AO PL 252/2003			22.02.2019	MESA	Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-524/2019 porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1111173&filename=PL+6004/2013	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 10105/2018	Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para tornar obrigatória a oferta de assistência psiquiátrica e psicológica gratuita a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina.	Maria do Carmo Alves	25.04.2018	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Dr. Zacharias Calil	CSSF	06.04.2021	CSSF	Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1654884&filename=PL+10105/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 4592/2016	Institui o Dia de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado, nacionalmente, no dia 12 de abril de cada ano.	Paulo Davim	02.03.2016	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Erika Kokay	CDHM	08.07.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Direitos Humanos e Minorias Publicado em avulso e no DCD de 09/07/2021, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1438432&filename=PL+4592/2016	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PL 1400/2019	Obriga empresas de teleatendimento ou telemarketing a oferecerem serviços de ginástica laboral e atendimento psicológico a seus empregados.	Veneziano Vital do Rêgo	13.03.2019	TRAMITAÇÃO ENCERRADA	Leila Barros	CAS	11.11.2021	SEXPE	Remetido Ofício SF nº 662, de 11/11/21, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara, encaminhando autógrafo do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7926794	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PL 1495/2019	Garante a realização de cirurgias reparadoras e reconstitutivas e assistência social e psicológica, gratuitamente, às vítimas de escarpelamento.	Camilo Capiberbe	14.03.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Alexandre Padilha	CSSF	08.11.2021	CSSF	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao substitutivo (de 26/10/2021 a 08/11/2021). Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1718891&filename=PL+1495/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PLS 482/2018	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.	CPI dos Maus-Tratos - 2017	10.12.2018	EM TRAMITAÇÃO	Confúcio Moura	CE	17.02.2020	CE	Devolvido pelo Senador Confúcio Moura, para redistribuição.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7893718	Deliberação pelo Plenário
Câmara	PL 1545/2016	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que os estabelecimentos de ensino notifiquem pai, mãe ou responsáveis legais acerca das faltas injustificadas dos educandos e sobre a obrigatoriedade de presença de psicólogos nas escolas públicas de educação básica.	Carlos Henrique Gaguim	14.05.2016	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Maria do Rosário	CCJC	21.11.2019	CCJC	Assegurada a inscrição para discussão da matéria ao Deputado Luizão Goulart.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1334382&filename=PL+1545/2016	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 1543/2016	Inserir dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que as redes públicas de educação básica contem com serviços de apoio técnico de psicologia para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.	Dr. Jorge Silva, Norma Ayub	14.05.2016	APENSADO AO PL 8013/2014			21.05.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2729/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1334249&filename=PL+1543/2016	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Camara	PL 8013/2014	Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica.	Dr. Jorge Silva - PROS/ES, Norma Ayub - DEM/ES	14.10.2014	Apensado ao PL 7986/2014			13.04.2021	Mesa	Apense-se a este(a) o(a) PL-271/2021	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1284324&filename=PL+8013/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 7986/2014	Dispõe sobre a criação do Programa Creche Saudável visando proporcionar o acompanhamento médico, nutricional e psicológico para crianças nas creches públicas e comunitárias	Vitor Paulo	17.09.2014	APENSADO AO PL 1616/2011			22.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-381/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1278926&filename=PL+7986/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 791/2011	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.	Jovair Arantes	22.03.2011	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Orlando Silva	CTASP	11.03.2019	MESA	Despacho exarado no Requerimento n. 9382/2018, conforme o seguinte teor: "Dou por prejudicado o Requerimento n. 9.382/2018, nos termos do art. 164, I, do Regimento Interno da Câmara, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 11.161/2018 já tramita apensado ao Projeto de Lei n. 791/2011.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=851394&filename=PL+791/2011	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 502/2019	Institui o programa "Escola Sem Mordaca" em todo o território nacional.	Taliria Petrone, Luíza Erundina, Fernanda Melchiona, Sâmia Bomfim, Aúrea Carolina	06.02.2019	APENSADO AO PL 6005/2016			27.02.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação inicial em avulso e no DCD de 28/02/19 PÁG 386.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1708313&filename=PL+502/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PL 2751/2021	Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal.	Luis Carlos Heinze	09.08.2021	EM TRAMITAÇÃO			24.09.2021	PLEN	Juntada à página oficial da matéria a cópia eletrônica do Ofício nº 272/2021_CNM_BSB, da Confederação Nacional de Municípios-CNM.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8998218	
Senado	PL 2157/2019	Institui a Política Nacional de Prevenção ao Uso de Alcool, Tabaco e outras Drogas nas Escolas.	Styvenson Valentim	09.04.2019	EM TRAMITAÇÃO	Renilde Bulhões	CCJ	09.08.2019	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Renilde Bulhões, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7939600	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PL 1011/2011	Define o crime de Intimidação escolar no Código Penal Brasileiro e dá outras providências.	Fábio Faria	12.04.2011	APENSADO AO PL 847/2019	Carla Dickson	CSSF	19.10.2021	CSSF	Devolução à CCP	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=858789&filename=PL+1011/2011	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3035/2020	"Institui a Política para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual e Deficiências Múltiplas".	Alexandre Frota	01.06.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Paula Belmonte	CSSF	22.12.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3958/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1899579&filename=PL+3035/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 5071/2016	Declara Isaias Alves de Almeida Patrono da Psicologia Educacional no Brasil.	Félix Mendonça Júnior	26.04.2016	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Eduardo Bismarck	CCJC	24.03.2021	CCJC	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 23/12/2019 a 24/03/2021 22:07:00). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1452534&filename=PL+5071/2016	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 3479/2020	Acrescenta dispositivos ao artigo 35-A, da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, de forma a incluir o estudo de psicologia aos currículos do ensino médio.	Delegado Marcelo Freitas	24.06.2020	APENSADO AO PL 105/2007			11.03.2021	CE	Recebimento pela CE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1907143&filename=PL+3479/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 5093/2020	Dispõe sobre o sistema educacional inclusivo.	André Figueiredo	04.11.2020	APENSADO AO PL 3035/2020			24.09.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2917/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1940898&filename=PL+5093/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 604/2011	Dispõe sobre a Política de Prevenção à Violência contra os Profissionais do Magistério Público e Privado e dá outras providências.	Manoel Junior	24.02.2011	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Darci de Matos	CCJC	25.03.2021	CCJC	Designado Relator, Dep. Darci de Matos (PSD-SC)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=844864&filename=PL+604/2011	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 4533/2012	Altera o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para exigir, nas Universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regime de trabalho em tempo integral.	Arthur Virgílio	11.10.2012	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			12.07.2018	MESA	Indeferido o Requerimento n. 8.981/2018, conforme despacho do seguinte teor: "Indeferido o pedido de desapensação contido no Requerimento n. 8.981/2018, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara, porquanto os Projetos de Lei n. 3.375/2015 e n. 4.533/2012 tratam de matérias correlatas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1030381&filename=PL+4533/2012	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 7180/2014	Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.	Erivelton Santana	24.02.2014	AGUARDANDO CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Flavinho	PL718014	08.04.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-80/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filename=PL+7180/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 2659/2015	Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, para ampliar a possibilidade de abatimento de saldo devedor, mediante prestação de serviço no Sistema Único de Saúde, para egressos de cursos superiores de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional.	Wadson Ribeiro	18.08.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Moses Rodrigues	CE	25.05.2021	CE	Devolvido ao Relator, Dep. Moses Rodrigues (MDB-CE)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1373223&filename=PL+2659/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 65/2003	Proíbe a criação de novos cursos médicos e a ampliação de vagas nos cursos existentes, nos próximos dez anos e dá outras providências.	Arlindo Chinaglia	18.02.2003	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Colbert Martins	CCJC	24.05.2017	PLEN	Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 6538/2017, pelo Deputado Juscelino Filho (DEM-MA), que: "Requer a Inclusão da Matéria na Ordem do Dia".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1138828&filename=PL+65/2003	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 7420/2006	Dispõe sobre a qualidade da educação básica e a responsabilidade dos gestores públicos na sua promoção.	Professora Raquel Teixeira	09.08.2006	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Bacelar	PL742006	20.12.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-871/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=413946&filename=PL+7420/2006	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 5414/2016	Altera o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.	Rodrigo Pacheco	31.05.2016	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Giovani Cherini	CCJC	24.11.2021	CCJC	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 10/11/2021 a 24/11/2021). Foi apresentada uma emenda. Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 10/11/2021 a 24/11/2021). Foi apresentada uma emenda.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1462275&filename=PL+5414/2016	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 105/2007	Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Luiza Erundina	12.02.2007	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Maria do Rosário	CE	04.12.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3479/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=434955&filename=PL+105/2007	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 7841/2014	Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras.	Roberto Requião	31.07.2014	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Hiran Gonçalves	CSSF	11.02.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-89/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1268943&filename=PL+7841/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 6755/2010	Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", dispoendo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir dessa idade.	Flávio Arns	05.02.2010	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Luizão Goulart	CCJC	03.10.2019	CCJC	Aprovado requerimento do Sr. Luizão Goulart que Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 6.755, de 2010, que altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", dispoendo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir dessa idade."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=732622&filename=PL+6755/2010	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 434/1999	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicótropas e sobre prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e AIDS a nível do 1º e 2º graus de ensino e nos cursos de formação de professores, e dá outras providências.	Magno Malta	25.03.1999	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Kim Kataguiri	CCJC	25.09.2019	CCJC	Designado Relator, Dep. Kim Kataguiri (DEM-SP)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1523507&filename=PL+434/1999	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1518/2011	Dispõe sobre o percentual mínimo de recursos destinados a educação indígena e quilombola.	Janete Rocha Pietá	07.06.2011	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Taliria Petrone	CCJC	10.03.2021	CCJC	(Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Taliria Petrone, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 03/02/2020)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=883115&filename=PL+1518/2011	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1171/2019	Dá nova redação ao artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Dados Complementares: Proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde.	Dr. Jaziel	26.02.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Professora Marcivanira	CE	16.12.2021	CE	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 08/12/2021 a 16/12/2021). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715149&filename=PL+1171/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 1189/2019	Institui o programa "Educação Democrática".	Natália Bonavides	27.02.2019	APENSADO AO PL 10997/2018			08.04.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação inicial em avulso e no DCD de 09/04/19 PÁG 32.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1719413&filename=PL+1189/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 974/2019	Dispõe sobre a exigência de apresentação de atestado de sanidade mental e certidões negativas de antecedentes criminais para o trabalho em creches ou instituições análogas.	Flávia Moraes	20.02.2019	APENSADO AO PL 237/2019			06.02.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-52/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712895&filename=PL+974/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PDL 440/2020	Susta a aplicação do Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 que institui a "Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizizado ao Longo da Vida".	Célio Studart	05.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1934258&filename=PDL+440/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3262/2019	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar (homeschooling) não configura crime de abandono intelectual.	Chris Tonietto, Bia Kicis, Caroline De Toni, Dr. Jaziel	03.06.2019	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Greyce Elias	CCJC	29.09.2021	MESA	Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 1924/2021, pela Deputada Bia Kicis (PSL/DF) e outros, que "Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1759042&filename=PL+3262/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 3129/2015	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Clarissa Garotinho	24.09.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Eduardo Barbosa	CE	04.06.2021	CE	Devolvido ao Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1390978&filename=PL+3129/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 3179/2012	Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.	Lincoln Portela	08.02.2012	AGUARDANDO CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Luisa Canziani	PLEN	08.11.2021	MESA	Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 1 PLEN, pela Deputada Luisa Canziani (PTB/PR).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=963755&filename=PL+3179/2012	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PDL 445/2020	Susta os efeitos do Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020 que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizizado ao Longo da Vida.	Natália Bonavides	08.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1935573&filename=PDL+445/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PDL 433/2020	Susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizizado ao Longo da Vida.	Felipe Rigon, Tabata Amaral, Ailael Machado, Eduardo Bismarck, Professor Israel Batista, Luisa Canziani, Rafael Motta	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1933979&filename=PDL+433/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	REQ 2549/2020	Requer regime de urgência para apreciação do PDL 433/20 que susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida	Professor Israel Batista, Erika Kokay, Wolney Queiroz, Enio Verri, Perpétua Almeida, Alessandro Molon e outros	08.10.2020	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)			08.10.2020	MESA	Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) nº 2549/2020, pelo Deputado Professor Israel Batista (PV/DF) e outros, que "Requer regime de urgência para apreciação do PDL 433/20 que susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida". Relatório de Conferência de Assinaturas Eletrônicas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1935647&filename=REQ+2549/2020	
Câmara	PDL 430/2020	Susta os efeitos do Decreto n.º 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.		02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1933890&filename=PDL+430/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PDL 434/2020	Susta o Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, da Presidência da República que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	Alessandro Molon	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1934056&filename=PDL+434/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PDL 427/2020	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial.	Heider Salomão, Carlos Veras, Maria do Rosário, Enio Verri, Paulo Teixeira e outros	01.10.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CPD)	Fábio Trad	CPD	29.12.2021	CPD	Designado Relator, Dep. Fábio Trad (PSD-MS)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1933710&filename=PDL+427/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PDL 429/2020	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial.	Paulo Pimenta	01.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1933747&filename=PDL+429/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PDL 431/2020	Susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que "institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida."	Sâmia Borfim, Glauber Braga, David Miranda, Marcelo Freixo, Talíria Petrone, Edmilson Rodrigues e outros	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1933944&filename=PDL+431/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PDL 435/2020	Susta os efeitos da aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial.	Perpétua Almeida, Oriando Silva, Jandira Feghali, Daniel Almeida, Alice D'Arcangelo e outros	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1934070&filename=PDL+435/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	REQ 2502/2020	Requer a relatoria do Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2020, do ELDER SALOMÃO e OUTROS que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial.	Rejane Dias	02.10.2020				02.10.2020	PLEN	Apresentação do Requerimento n. 2502/2020, pela Deputada Rejane Dias (PT/PI), que "Requer a relatoria do Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2020, do ELDER SALOMÃO e OUTROS que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1933866&filename=REQ+2502/2020	
Senado	PDL 441/2020	Susta o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	Paulo Rocha, Zenaide Maia, Humberto Costa	05.10.2020	EM TRAMITAÇÃO			05.10.2020	PLEN	Encaminhado à publicação, em 05/10/2020.(Encaminhados à publicação os RQS nºs 2494, 2495 e 2500, de 2020, de adição de assinatura)	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8896376	
Senado	PL 3803/2019	Institui a Política Nacional para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual e Deficiências Múltiplas.	Major Olimpio	02.07.2019	EM TRAMITAÇÃO	Romário	CDH	10.08.2021	CDH	Devolvido pelo Senador Romário, para redistribuição.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7973460	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PL 3339/2021	Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências.	Gastão Vieira	28.09.2021	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Professora Marcivanira	CE	08.11.2021	CE	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 26/10/2021 a 08/11/2021). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2080832&filename=PL+3339/2021	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PLP 40/2015	Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar ineligiáveis os condenados por crimes contra a mulher e por crimes hediondos.	Brunny	25.03.2015	APENSADO AO PLP 367/2017	Maria Do Rosário	CMULHER	14.09.2021	MESA	Desapensação automática do Projeto de Lei Complementar 65/2020, apensado ao PLP 40/2015, em face do arquivamento do PLP 65/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1314074&filename=PLP+40/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	PLS 150/2015	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar criminalmente a discriminação ou preconceito de opção ou orientação sexual.	Otto Alencar	24.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Rodrigo Pacheco	CCJ	18.02.2021	CCJ	Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Pacheco, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3596805	Deliberação pelo Plenário
Câmara	PL 2737/2019	Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015, para estabelecer prioridade de atendimento social, psicológico e médico as Mulheres vítimas de violência	André Ferreira	08.05.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJ)	Luiz Lima	CSSF	16.06.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Segurança Social e Família Publicado em avulso e no DCD de 17/06/21 PAG 935, Letra B.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1743326&filename=PL+2737/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 2916/2019	Determina o encaminhamento de vítimas de violência sexual para os serviços ambulatoriais de Psiquiatria e Psicologia, com prioridade de atendimento, e dá outras providências.	Mário Heringer	15.05.2019	APENSADO AO PL 6061/2013			04.06.2021	CMULHER	Recebimento pela CMULHER, apensado ao PL-6061/2013	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1748133&filename=PL+2916/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	SBT 2 CESPO => PL 4866/2019	Dispõe sobre a proteção e apoio psicológico à mulher atleta vítima de violência física ou sexual.	Flávia Morais	25.08.2021				25.08.2021	CESPO	Apresentação do Substitutivo n. 2 CESPO, pela Deputada Flávia Morais (PDT-GO).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2063810&filename=SBT+2+CESPO+%3D%3E+PL+4866/2019	
Câmara	PL 1074/2019	Altera as Leis nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para determinar igualdade de direitos entre os portadores de doença grave e as pessoas com deficiência.	José Medeiros	22.02.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Celina Leão	CSSF	25.08.2021	CSSF	Retirado de pauta, a requerimento do Deputado Francisco Jr.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1714077&filename=PL+1074/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 10562/2018	Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Alienação Parental.	Vinicius Carvalho	10.07.2018	APENSADO AO PL 1079/2015			16.12.2021	PLEN	Declarado prejudicado em face da aprovação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 7.352, de 2017, adotada pela relatora da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Sessão Deliberativa Extraordinária Virtual de 16/12/2021 – 9h – 163ª Sessão).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1318750&filename=PL+10562/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1079/2015	Acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dados Complementares: Institui campanhas permanentes de combate à alienação parental.	Rômulo Gouveia	08.04.2015	APENSADO AO PL 7569/2014			16.12.2021	PLEN	Declarado prejudicado em face da aprovação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 7.352, de 2017, adotada pela relatora da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Sessão Deliberativa Extraordinária Virtual de 16/12/2021 – 9h – 163ª Sessão).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1318750&filename=PL+1079/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 788/2019	Dispõe sobre a proteção ao nascituro.	Flordelis	13.02.2019	APENSADO AO PL 8116/2014			12.03.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação inicial em avulso e no DCD de 13/03/19 PÁG 429.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1710624&filename=PL+788/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1248/2019	Acrescenta o dispositivo à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, - Lei dos Juizados especiais para estabelecer que o pagamento de pena pecuniária possa ser destinado ao	Geninho Zuiliani	27.02.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E	Bilac Pinto	CCJC	05.07.2021	CCJC	Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Bilac Pinto (DEM/MG). Parecer do Relator, Dep.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715668&filename=PL+1248/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 226/2019	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos estabelecimentos de acesso ao público que especifica.	Roberto De Lucena	04.02.2019	AGUARDANDO APRECIÇÃO PELO Senado	Daniela Do Waguinto	PLEN	06.08.2021	MESA	Despacho exarado no Requerimento n. 1.397/2021, conforme o seguinte teor: "Prejudicado, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 226/2019 já concluiu sua tramitação no âmbito desta Câmara. Publique-se."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707015&filename=PL+226/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1697/2019	Altera o art. 245 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar o valor da multa a ser aplicada ao médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.	José Medeiros	21.03.2019	APENSADO AO PL 247/2007			11.04.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação inicial em avulso e no DCD de 12/04/19 PÁG 208.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1722541&filename=PL+1697/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 5941/2013	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual.	Anderson Ferreira	10.07.2013	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Lucas Gonzalez	CTASP	24.03.2021	CTASP	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 23/12/2019 a 24/03/2021 22:07:00). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1108742&filename=PL+5941/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PLC 84/2017	Altera dispositivo da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para inserir a mediação familiar como recomendação na regulação dos efeitos do divórcio.	Câmara	16.08.2017	EM TRAMITAÇÃO	Rodrigo Cunha	CCJ	25.02.2021	CCJ	Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Cunha, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7106112	Deliberação pelo Plenário
Câmara	PL 4565/2019	Atualiza a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e dá outras providências.	Alexandre Padilha	20.08.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Eduardo Costa	CSSF	21.12.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4569/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1793268&filename=PL+4565/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 715/2019	Estabelece a prioridade de atendimento no serviço de assistência psicológica e social e a preferência no atendimento de cirurgia plástica reparadora, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, para mulher vítima de agressão, da qual resulte dano a sua integridade física ou estética.	Márcia Arraes	13.02.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Tia Eron	CFT	06.12.2021	CFT	Designada Relatora, Dep. Tia Eron (REPÚBLICA-BA)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712120&filename=PL+715/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 10024/2018	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso de dispositivo móvel de segurança para conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência.	Maria Do Carmo Alves	11.04.2018	AGUARDANDO APRECIÇÃO PELO Senado	Shéridan	CCJC	22.12.2021	MESA	Desapensação do PL 4.972/2013 deste, em razão do seu arquivamento nos termos do art. 163 c/c § 4º do art. 164, RICD.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1651188&filename=PL+10024/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 2693/2019	Institui a Política Nacional de Atendimento à Gestante.	Lafayette De Andrada	08.05.2019	APENSADO AO PL 7633/2014			11.06.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/06/19 PAG 78.	http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1742946&filename=PL+2693/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 2777/2019	Estabelece a necessidade de coleta, processamento de dados e formação de estatísticas sobre a população LGBT nos serviços de saúde, assistência social e segurança	Talíria Petrone	09.05.2019	APENSADO AO PL 2653/2019			08.04.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-96/2021.	http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1744486&filename=PL+2777/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 2653/2019	Dispõe sobre a proteção de pessoas em situação de violência baseada na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características biológicas ou sexuais.	David Miranda	07.05.2019	AGUARDANDO CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			04.12.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3298/2020.	http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1742129&filename=PL+2653/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	PL 4414/2020	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre regras de adoção a serem adotadas em situações de pandemia ou calamidade pública.	Fernando Bezerra Coelho	01.09.2020	EM TRAMITAÇÃO			16.06.2021	PLEN	Juntada à página oficial da matéria cópia eletrônica de Nota Técnica da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, manifestando-se contrariamente a aprovação do PL nº 4.414, de 2020. À SLSF, por devolução.	https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento?dm=8885104	
Senado	PL 2288/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para tornar obrigatória a elaboração de planos emergenciais de proteção dos segmentos mais vulneráveis da população e proibir a adoção de regras que permitam preferir, em relação aos outros pacientes, as pessoas desses segmentos vulneráveis.	Mara Gabrilli	29.04.2020	EM TRAMITAÇÃO			29.04.2020	PLEN	Encaminhado à publicação no DSF de 07/05/2020.	https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento?dm=8101328	
Câmara	PL 5654/2016	Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para assegurar tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto, bem como assistência integral à sua saúde e à do nascituro, promovida pelo poder público, e para vedar a utilização de algemas em Mulheres durante o trabalho de parto.	Maria do Carmo Alves	22.06.2016	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Diego Garcia	CCJC	16.08.2021	CCP	Parecer recebido para publicação. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 17/08/21 PAG 72, Letra C.	http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1470250&filename=PL+5654/2016	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	REQ 138/2021 CDHM	Requer autorização para celebração de Memorando de Entendimento entre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Defensoria Nacional de Direitos Humanos.	Carlos Veras	12.11.2021				17.11.2021	CDHM	Aprovado. Subscrito pelo Deputado Helder Salomão.	http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2104856&filename=REQ+138/2021+CDHM	
Câmara	PL 9419/2017	Requer autorização para celebração de Memorando de Entendimento entre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Defensoria Nacional de Direitos Humanos.	Mariana Carvalho	19.12.2017	APENSADO AO PL 818/2015			23.04.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-1264/2019.	http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1634802&filename=PL+9419/2017	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	INC 117/2020	Sugere a inclusão dos órgãos do sistema socioeducativo no Sistema Único de Segurança Pública, e outras providências.	Sanderson	12.03.2020	AGUARDANDO RESPOSTA			20.04.2020	1SECM	Remessa por meio do Ofício 1ºSec/R/E nº 1158/2020, ao Ministro Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.	http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1865686&filename=INC+117/2020	
Senado	PLC 98/2018	Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.	Câmara	01.11.2018	EM TRAMITAÇÃO	Leila Barros	CAS	29.11.2021	CAS	Distribuído à Senadora Leila Barros, para emitir relatório.	https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento?dm=7881410	Deliberação pelo Plenário
Câmara	PL 237/2019	Dispõe sobre a exigência de atestado de antecedentes criminais para a admissão em estabelecimentos de ensino escolar regular e pré-escolas, públicos e privados, destinados ao atendimento de crianças, conforme específica	Ney Leprevost	04.02.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Chris Tonietto	CE	23.11.2021	CE	Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência da Relatora.	http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707060&filename=PL+237/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PL 2140/2020	Altera o Código Penal para criminalizar a apologia à tortura e à instauração de regime ditatorial no país.	Rogério Carvalho	23.04.2020	EM TRAMITAÇÃO			23.04.2020	PLEN	Encaminhado à publicação no DSF de 30/04/2020.	https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento?dm=8089594	
Câmara	PL 2587/2019	Altera a Lei nº 4.119, de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo para permitir o atendimento a casos de problemas de ajustamento e transtornos psicológicos, inclusive os relacionados a identidade de gênero e à orientação sexual.	Pastor Sargento Isidório	29.04.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Tiago Mitraud	CTASP	29.04.2021	CTASP	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 15/04/2021 a 29/04/2021 16:40:00). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1739283&filename=PL+2587/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PL 1577/2020	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.	Fabiano Contarato	06.04.2020	EM TRAMITAÇÃO			06.04.2020	PLEN	Encaminhado à publicação no DSF de 09/04/2020.	https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento?dm=8089593	
Câmara	PL 10877/2018	Estabelece causa de aumento de pena para a prática de pedofilia encontrando-se a vítima dormindo.	Lincoln Portela	16.10.2018	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Paula Belmonte	CSSF	11.10.2021	CSSF	Designada Relatora, Dep. Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1686866&filename=PL+10877/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1214/2019	Acrescenta artigo à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar a duração do trabalho do Psicólogo em até trinta horas semanais.	Erika Kokay, Natália Bonavides	27.02.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Alexandre Padilha	CSSF	14.12.2021	CSSF	Aprovado o Requerimento de Inclusão Extrapauta do Deputado Alexandre Padilha. Aprovado o parecer. Resultado da Votação: Sim - 31; Não - 6; Abstenção - 0; Total - 37 Votantes	http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715553&filename=PL+1214/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 2927/2019	Assegura às pessoas que mantenham união estável homoafetiva o direito à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação desenvolvidos pelo Governo Federal e dá outras providências.	Márcio Jerry	16.05.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS (CDHM)	Carlos Veras	CDHM	12.11.2019	CDHM	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 31/10/2019 a 12/11/2019). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1748368&filename=PL+2927/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 3492/2019	Altera os arts. 75, 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o homicídio e lesão corporal de criança e adolescente como circunstância qualificadora do crime de homicídio e da lesão corporal e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o homicídio contra criança e adolescente e para impor ideologia de gênero no rol dos crimes hediondos.	Carla Zambelli, Bia Kicis, Eduardo Bolsonaro, Ottaci Nascimento	12.06.2019	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Pedro Lupion	CCJC	16.08.2021	MESA	Deferido o Requerimento n. 1.344/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro. Publique-se".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1763923&filename=PL+3492/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PEC 115/2015	Altera os art. 159, 239 e 240 da Constituição Federal e acrescenta o art. 227-A a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.	Vicentinho	19.08.2015	APENSADA À PEC 295/2008			25.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-422/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1374264&filename=PEC+115/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	PEC 29/2015	Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca "da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção.	Magno Malta, Acir Gurgacz, Aécio Neves e Outros	18.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Juíza Selma	CCJ	04.05.2020	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Juíza Selma, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3455035	Deliberação pelo Plenário
Senado	PLS 394/2017	Dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente.	Randolfe Rodrigues	18.10.2017	EM TRAMITAÇÃO	Rose De Freitas	CCJ	27.11.2019	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Rose de Freitas, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7235975	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PLS 291/2015	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.	Gleisi Hoffmann	19.05.2015	EM TRAMITAÇÃO	Rose de Freitas	CCJ	27.11.2019	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Rose de Freitas, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4304726	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PLS 428/2018	Altera o § 3º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever a possibilidade de decretação de medida socioeducativa de internação por até quinze anos, no caso de reincidência.	José Medeiros	31.10.2018	EM TRAMITAÇÃO	Alessandro Vieira	CDH	11.11.2021	CDH	Recebido na CDH. Matéria aguardando distribuição.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7881437	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PLS 439/2018	Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes.	Marta Suplicy	20.11.2018	EM TRAMITAÇÃO	Izalci Lucas	CAS	23.09.2021	CAS	Redistribuído ao Senador Izalci Lucas, para emitir relatório.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7887412	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PL 556/2019	Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para elevar a pena do crime de aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante, e criar nova causa de aumento de pena.	Eduardo Girão	07.02.2019	EM TRAMITAÇÃO	Juíza Selma	CCJ	04.05.2020	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Juíza Selma, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7912041	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PL 848/2019	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatória a divulgação de informações de caráter educativo e preventivo que possam contribuir para a redução da incidência da gravidez na adolescência e alertar sobre os graves riscos inerentes à prática do aborto.	Eduardo Girão	18.02.2019	EM TRAMITAÇÃO	Leila Barros	CDH	21.05.2019	CDH	Redistribuído à Senadora Leila Barros, para emitir relatório.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7918381	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PL 1196/2019	Altera o art. 242 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para inserir hipótese de aumento de pena.	Marcos Do Val	26.02.2019	EM TRAMITAÇÃO	Alessandro Vieira	CCJ	05.09.2019	CCJ	Distribuído ao Senador Alessandro Vieira, para emitir relatório.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7921805	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PL 1120/2019	Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção.	Lasier Martins	26.02.2019	EM TRAMITAÇÃO	Soraya Thronicke	CDH	30.11.2021	CDH	Em reunião realizada em 30/11/2021, a apreciação da matéria foi adiada.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7921147	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PEC 8/2019	Acrescenta o inciso IX ao art. 200 da Constituição Federal. Disponibiliza às gestantes, equipe multiprofissional composta pelo menos por Pediatra, Ginecologista, Obstetra, Enfermeiros e Psicólogo, para atenção integral durante o período do pré-natal, parto e o pós-parto."	Veneziano Vital Do Rêgo, Alessandro Vieira, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Confúcio Moura e outros	20.02.2019	EM TRAMITAÇÃO	Rose de Freitas	CCJ	27.11.2019	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Rose de Freitas, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7920937	Deliberação pelo Plenário
Senado	PL 860/2019	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir e punir os crimes resultantes da intolerância, discriminação ou do preconceito por sexo, orientação sexual e identidade de gênero.	Alessandro Vieira	19.02.2019	EM TRAMITAÇÃO	Mailza Gomes	CDH	10.11.2021	PLEN	Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 701, de 2019, de tramitação conjunta, em 15 de abril de 2021, pela Comissão Diretora do Senado, os Projetos de Lei nºs 860 e 4.240, de 2019, retornam à CDH, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7918887	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PL 1545/2019	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.069, de 6 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o abandono material e intelectual de criança ou de adolescente.	Marcos do Val	19.03.2019	EM TRAMITAÇÃO	Rodrigo Pacheco	CCJ	18.02.2021	CCJ	Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Pacheco, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7928972	Deliberação pelo Plenário

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Senado	PL 2709/2019	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência.	Romário	08.05.2019	EM TRAMITAÇÃO	Paulo Paim	CDH	20.08.2020	PLEN	Juntada à página oficial da matéria a cópia eletrônica do Ofício nº 265/19-SEC, da Câmara Municipal de Barbacena - MG. À SL.SF. por devolução.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7949640	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PL 7197/2002	Acrescenta §§ aos arts. 104 e 105 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para permitir a aplicação de medidas sócio-educativas aos infratores que atingirem a maioridade penal.	Ademir Andrade	05.09.2002	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Aliele Machado	PL171902	19.05.2021	PLEN	Apresentação do Requerimento de Constituição de Comissão Especial de Projeto n. 1101/2021, pelo Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/IMG), que "Requer a Criação de Comissão Especial para o estudo e elaboração de projeto de lei nº 7197/2002".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=90715&filename=PL+7197/2002	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 70/1995	Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências.	José Coimbra	22.02.1995	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Agnelo Queiroz	CSSF	18.11.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2232/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=14582&filename=PL+70/1995	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 313/2007	Altera a Lei nº 9.283, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.	Maurício Trindade	06.03.2007	APENSADO AO PL 3897/2021 (Nº ANTERIOR: PLS 107/2018)	Diego Garcia	CSSF	22.12.2021	MESA	Apense-se este ao PL-3897/2021 (Nº Anterior: PLS 107/2018).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=439795&filename=PL+313/2007	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 478/2007	Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.	Luiz Bassuma, Miguel Martini	19.03.2007	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER)	Emanuel Pinheiro Neto	CMULHER	24.11.2021	CMULHER	Aprovado requerimento n. 72/2021 do Sr. Emanuel Pinheiro Neto que requer a inclusão de participação na Audiência Pública aprovada pelo requerimento n. 47/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443584&filename=PL+478/2007	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 580/2007	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva.	Clodovil Hernandes	27.03.2007	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	João Campos	CSSF	24.04.2019	CSSF	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=446458&filename=PL+580/2007	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 4914/2009	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. Esta lei acrescenta disposições à Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, relativas à união estável de pessoas do mesmo sexo.	José Genoíno, Manuela D'Ávila, Maria Helena, Celso Russomanno, Ivan Valente	25.03.2009	APENSADO AO PL 580/2007			22.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-328/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-328/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=641237&filename=PL+4914/2009	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 5069/2013	Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Eduardo Cunha, Isaias Silvestre e outros	27.02.2013	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Evandro Gussi	CCJC	15.07.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2451/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1061163&filename=PL+5069/2013	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PEC 171/1993	Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos).	Benedito Domingos	19.08.1993	AGUARDANDO APRECIÇÃO PELO SENADO	Laerte Bessa	PEC17193	27.08.2015	PLEN	Apresentação do Recurso contra decisão do Presidente da CD em Questão de Ordem (Art. 95, § 8º, RICD) n. 63/2015, pelo Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que: "Contra o despacho indeferitório à Questão de Ordem nº 98, de 2015". DCD de 27/08/15 PAG 527.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=13945&filename=PEC+171/1993	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 882/2015	Estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências.	Jean Wyllys	24.03.2015	APENSADO AO PL 313/2007			30.04.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-806/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1313158&filename=PL+882/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 7633/2014	Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências.	Jean Wyllys	29.05.2014	APENSADO AO PL 6567/2013	Lelo Coimbra	CE	29.07.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4021/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1257785&filename=PL+7633/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 6583/2013	Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências.	Anderson Ferreira	16.10.2013	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO DO RECURSO NA MESA DIRETORA DA Câmara (MESA); COMISSÃO EM FUNCIONAMENTO	Diego Garcia	PL658313	06.11.2015	MESA	Indeferido o Requerimento n. 3.379/2015, conforme despacho do seguinte teor: "Indefero e retirado de assinatura do Recurso n. 77/2015, contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei n. 6.583 /2013, nos termos do art. 102, § 4º, do Regimento Interno da Câmara.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 8022/2013	Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.	Poder Executivo	06.08.2013	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER)	Lauriete	CMULHER	01.09.2021	CMULHER	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 23/08/2021 a 01/09/2021). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1112500&filename=PL+8022/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PDC 16/2015	Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transsexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.	Pr. Marco Feliciano	17.03.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS (CDHM)			12.03.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-660/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-660/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1309811&filename=PDC+16/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 8330/2015	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22".	Humberto Costa	09.01.2015	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Margarete Coelho	CCJC	19.11.2019	CCJC	Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pela Deputada Margarete Coelho (PP-PI). Parecer da Relatora, Dep. Margarete Coelho (PP-PI), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1295993&filename=PL+8330/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 8032/2014	Amplia a proteção de que trata a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - às pessoas transexuais e transgêneros.	Jandira Feghali	28.10.2014	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS (CDHM)	Márcio Jerry	CDHM	17.03.2021	CDHM	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1282632&filename=PL+8032/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 6622/2013	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para tipificar o crime de feminicídio; modifica o § 1º do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para aumentar a pena da lesão corporal decorrente de violência doméstica, se o crime constituir violência de gênero contra as Mulheres e acrescenta o art. 132-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a violência psicológica contra a mulher; e altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) para incluir o feminicídio entre os crimes considerados hediondos.	Carlos Sampaio	23.10.2013	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER)	Leandre	CSSF	09.12.2021	CCP	Parecer recebido para publicação. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família Publicado no DCD de 10/12/2021, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1166515&filename=PL+6622/2013	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 2976/2008	Acrescenta o art. 58-A ao texto da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, criando a possibilidade das pessoas que possuem orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, utilizarem ao lado do nome e prenome oficial, um nome social	Cida Diogo	11.03.2008	APENSADO AO PL 70/1995			19.03.2008	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 20/03/08 PÁG 10189 COL 01.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=543460&filename=PL+2976/2008	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 2665/2007	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1966, e dá outras providências.	Rodvalho	18.12.2007	APENSADO AO PL 6418/2005			26.11.2014	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-8127/2014.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=533295&filename=PL+2665/2007	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 81/2007	Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia.	Fátima Bezerra	08.02.2007	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO DO RECURSO NA MESA DIRETORA DA Câmara (MESA)	Paulo Teixeira	CCJC	31.10.2007	MESA	Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado um recurso.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=434408&filename=PL+81/2007	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 3212/2015	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.	Marcelo Crivella	06.10.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Caroline De Toni	CCJC	10.03.2021	CCJC	(Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Caroline de Toni, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 03/02/2020)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1396365&filename=PL+3212/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PEC 181/2015	Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.	Áécio Neves	16.12.2015	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Jorge Tadeu Mudadem	PEC18115	24.03.2021	PLEN	Apresentação do Requerimento n. 588/2021, pelo Deputado Áécio Neves (PSDB/MS), que "Requer a criação da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 181-A, de 2015, do Senado".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1425029&filename=PEC+181/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 6567/2013	Altera o art. 19-J da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).	Gim Argello	14.10.2013	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Diego Garcia	CE	19.03.2021	CE	Designado Relator, Dep. Diego Garcia (FODE-PR)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1157898&filename=PL+6567/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PEC 246/2016	Altera o art. 203 da Constituição Federal para incluir o amparo à mulher vítima de violência entre os objetivos da assistência social.	Marta Suplicy	16.06.2016	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Soraya Santos	CCJC	21.09.2016	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado em avulso e no DCD de 22/09/16 PÁG 104 COL 01, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1469068&filename=PEC+246/2016	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1432/2011	Dispõe sobre a adoção tardia.	Jorge Tadeu Mudadem	25.05.2011	APENSADO AO PL 9963/2018	Geovania De Sá	CSSF	12.04.2018	MESA	Apense-se este ao PL-9963/2018.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=876754&filename=PL+1432/2011	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 6418/2005	Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.	Paulo Paim	14.12.2005	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Henrique Afonso	CDHM	02.12.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4373/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=365043&filename=PL+6418/2005	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 9993/2018	Altera o §7º do artigo 47 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre adoção.	Rubens Pereira Júnior	11.04.2018	APENSADO AO PL 9963/2018			20.04.2018	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 21/04/18 PÁG 94 COL 01.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1650477&filename=PL+9993/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 9622/2018	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".	Erika Kokay	22.02.2018	AGUARDANDO FLUÊNCIA DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO	Diego Garcia	CCJC	17.12.2021	MESA	Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 combinado com o § 2º do art. 132 do RICD (5 sessões a partir de 20/12/2021).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1641218&filename=PL+9622/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 6061/2013	Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que "Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual" e dá outras providências.	Hugo Leal	08.08.2013	APENSADO AO PL 6022/2013			04.06.2021	CMULHER	Recebimento pela CMULHER, apensado ao PL-6022/2013	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1113876&filename=PL+6061/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 7490/2014	Tipifica a violência psicológica.	Fábio Trad	06.05.2014	APENSADO AO PL 6622/2013			19.02.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-64/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1250465&filename=PL+7490/2014	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 8324/2014	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medida destinada à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.	Angela Portela	19.12.2014	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Dr. Zacharias Calil	CSSF	12.08.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Segurança Social e Família Publicado em avulso e no DCD de 13/08/21 PAG 624, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1295275&filename=PL+8324/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 620/2015	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção conjunta por casal homoafetivo.	Júlia Marinho	06.03.2015	APENSADO AO PL 1432/2011	Luiza Erundina	CDHM	22.12.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4796/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1306827&filename=PL+620/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 40/2015	Dispõe sobre a proibição de tratamento discriminatório aos cidadãos doadores de sangue por parte das entidades coletoras.	Sergio Vidigal	02.02.2015	APENSADO AO PL 287/2003			24.11.2021	CCJC	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-287/2003	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1296744&filename=PL+40/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 287/2003	Dispõe sobre o crime de rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual.	Laura Carneiro	11.03.2003	APENSADO AO PL 2353/2021	José Eduardo Cardozo	CCJC	24.11.2021	CCJC	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-2353/2021	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=116308&filename=PL+287/2003	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PEC 66/2003	Dá nova redação aos arts. 3º e 7º da Constituição Federal.	Maria do Rosário	27.05.2003	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Nelson Pellegrino	CCJC	19.02.2019	MESA	Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-48/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=135526&filename=PEC+66/2003	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PDC 30/2015	Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, que "Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização."	Eros Biondini, Fausto Pinato, Josué Bengtson e outros	26.03.2015	APENSADO AO PDC 16/2015			26.04.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-1337/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1314594&filename=PDC+30/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1/2015	Acrescenta o art. 53-A a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.	Ricardo Barros	02.02.2015	APENSADO AO PL 604/2011			15.08.2019	CCJC	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-604/2011	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1296679&filename=PL+1/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PDC 26/2015	Susta a aplicação 12 de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e dá outras providências	Ezequiel Teixeira	25.03.2015	APENSADO AO PDC 16/2015			12.03.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-660/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-660/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1313528&filename=PDC+26/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PDC 18/2015	Ficam sustados os efeitos do das Resoluções nº 11, de 18 de dezembro de 2014, e nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos, ambas publicadas na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 48, de 12 de março de 2015.	Jair Bolsonaro	17.03.2015	APENSADO AO PDC 17/2015			21.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-108/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1310128&filename=PDC+18/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 2383/2003	Altera a Lei nº 9.856, de 03 de junho de 1998, que "Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", na forma que especifica e dá outras providências.	Maninha	29.10.2003	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO DO RECURSO NA MESA DIRETORA DA Câmara (MESA)	Alexandre Cardoso	CCJC	29.03.2006	MESA	Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado um recurso.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=176024&filename=PL+2383/2003	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 7563/2014	Desburocratiza o processo de adoção.	Arnaldo Jordy	14.05.2014	APENSADO AO PL 1432/2011	Carmen Zanotto	CSSF	14.02.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-437/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1253259&filename=PL+7563/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 42/2015	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para reconhecer o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.	Sergio Vidigal	02.02.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Margarete Coelho	CCJC	01.09.2021	CCJC	Recebimento pela CCJC.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1296748&filename=PL+42/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 1454/2015	Institui a Semana Nacional de Combate à Sexualização de Crianças e Adolescentes.	Roberto Alves	07.05.2015	AGUARDANDO APRECIÇÃO PELO Senado	Jerônimo Goergen	CCJC	22.11.2017	MESA	Remessa ao Senado por meio do Of. nº 300/2017/PS-GSE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1330805&filename=PL+1454/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 7307/2014	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever sanções à criança e ao adolescente estudante que desrespeitar as regras de conduta da instituição de ensino na qual estiver matriculado.	Rogério Peninha Mendonça	26.03.2014	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Leandre	CSSF	04.11.2021	CSSF	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1239047&filename=PL+7307/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 44/2015	Dá nova redação ao inciso II do art. 35 da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, substituindo o termo "menor" pela expressão "crianças e adolescentes, e dá outras providências.	Sergio Vidigal	02.02.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Subtenente Gonzaga	CCJC	08.08.2019	CCJC	O Relator, Dep. Subtenente Gonzaga, deixou de ser membro da Comissão	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1296748&filename=PL+44/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 10876/2018	Acrescenta dispositivo na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dados Complementares: Inclui no rol das medidas protetivas de urgência a suspensão do poder familiar do agressor.	Lincoln Portela	16.10.2018	APENSADO AO PL 6998/2017			16.04.2021	CSSF	Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-6998/2017	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1686865&filename=PL+10876/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 6998/2017	Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para instituir à medida protetiva de prestação de alimentos provisionais ou provisórios aos filhos menores.	Flávia Moraes	22.02.2017	APENSADO AO PL 3244/2020	Mário Heringer	CSSF	16.04.2021	CSSF	Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-3244/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1527382&filename=PL+6998/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 11105/2018	Dispõe sobre o Estatuto do Nascimento e dá outras providências.	Eros Biondini	04.12.2018	APENSADO AO PL 478/2007			20.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-265/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-305/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-323/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1697516&filename=PL+11105/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1022/2019	Altera a Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer a obrigatoriedade de exibição de mensagens educativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na mídia eletrônica.	Flordelis	21.02.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Ossesio Silva	CSSF	10.06.2021	CSSF	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 26/05/2021 a 10/06/2021). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1713186&filename=PL+1022/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 1125/2019	Acrescenta o Art. 53-A a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", com o intuito de estabelecer responsabilidades aos adolescentes estudantes.	Otto Alencar Filho	26.02.2019	APENSADO AO PL 1/2015			15.08.2019	CCJC	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-1/2015	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1714924&filename=PL+1125/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	RIC 174/2019	Proíbe a aplicação de recursos públicos, bem como o uso das estruturas e instituições da Administração Pública Direta ou Indireta, das Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas prestadoras de serviços do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e outros, nas ações de difusão, incentivo e valorização da IDEOLOGIA DE GÊNERO.	Paulo Pimenta	25.02.2019	PRONTA PARA PAUTA NA MESA DIRETORA DA Câmara (MESA); PRONTA PARA PAUTA NA MESA DIRETORA DA Câmara (MESA)	Marcos Pereira	MESA	03.06.2019	1SECM	Encaminhamento de resposta por meio do Infleg Comunica	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1714741&filename=RIC+174/2019	
Câmara	PL 1239/2019	Proíbe a aplicação de recursos públicos, bem como o uso das estruturas e instituições da Administração Pública Direta ou Indireta, das Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas prestadoras de serviços do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e outros, nas ações de difusão, incentivo e valorização da IDEOLOGIA DE GÊNERO.	Pastor Sargento Isidório	27.02.2019	APENSADO AO PL 5941/2013			02.04.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 03/04/19 PÁG 326.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715654&filename=PL+1239/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 2084/2019	Torna obrigatória a participação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de Políticas para as Políticas para as Políticas para as Políticas para as Políticas para as Políticas para as Políticas para as Mulheres na composição de entidades de representação civil.	Soraya Santos	04.04.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Flávia Morais	CTASP	30.03.2021	CTASP	Retirado de pauta, de ofício, em razão de acordo	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1728759&filename=PL+2084/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 109/2020	Autoriza que o delegado de polícia e o policial determinem ao infrator o seu imediato afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, se verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, ainda que se trate de Município sede de comarca.	Santini	05.02.2020				03.03.2020	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 04/03/20 PÁG 68.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1854796&filename=PL+109/2020	
Câmara	PDL 472/2020	Susta os efeitos do disposto no item 5.3.5, constante do Anexo do Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, que Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031.	Taliria Petrone, Sâmia Bomfim, Erika Kokay e outros	04.11.2020				05.08.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 06/08/21 PÁG 886	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1940226&filename=PDL+472/2020	
Senado	PL 5435/2020	Dispõe sobre o Estatuto da Gestante.	Eduardo Girão	08.12.2020	EM TRAMITAÇÃO	Simone Tebet	PLEN	20.07.2021	PLEN	Juntada à página oficial da matéria a cópia eletrônica do Ofício 01/2021-REQUERIMENTO, da Rede Feminista de Juristas-deFEMde.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8911162	Deliberação pelo Plenário
Senado	PL 4403/2020	Determina que a União inclua pessoas negras e Políticas para as Políticas para as Políticas para as Políticas para as Políticas para as Políticas para as Mulheres em seus anúncios e campanhas publicitárias.	Fabiano Contarato	31.08.2020	EM TRAMITAÇÃO			31.08.2020	PLEN	Encaminhada à publicação, em 31/08/2020.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8884932	
Câmara	PL 4388/2020	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para exigir certidão negativa criminal e judicial criminal dos proprietários e funcionários de estabelecimentos que acolham crianças e adolescentes.	Lucas Redecker	28.08.2020	APENSADO AO PL 237/2019			11.03.2021	CE	Recebimento pela CE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1926018&filename=PL+4388/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PL 1729/2019	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para vedar a nomeação, para cargo ou emprego público, de condenados por crime de violência contra a mulher.	Jayme Campos	26.03.2019	EM TRAMITAÇÃO	Juiza Selma	CCJ	04.05.2020	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Juiza Selma, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7931796	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PL 1360/2021	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, nos termos do art. 227 da Constituição Federal de 1988. Altera o Código Penal para aumentar as penas do infanticídio, abandono de incapaz e maus tratos, imputar as mesmas penas a quem, sabendo do fato, se omite, e cria o crime de infanticídio fora do período puerperal.	Alé Silva, Carla Zambelli, Jaqueline Cassol	13.04.2021		Carmen Zanotto	PLEN	25.08.2021	MESA	Despacho exarado no Requerimento n. 1.516/2021, conforme o seguinte teor: "INDEFIRO o Requerimento n. 1.516 /2021 quanto à desapensação do Projeto de Lei n. 1.612/2021 do Projeto de Lei n. 1.424/2021, com fundamento no caput do art. 142 do Regimento Interno da Câmara, e o DECLARO PREJUDICADO quanto à apensação do Projeto de Lei n. 1.612 /2021 ao Projeto de Lei n. 1.360/2021, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 1.360/2021 já finalizou sua tramitação no âmbito desta Casa. Oficie-se. Publique-se."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1990768&filename=PL+1360/2021	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Senado	PLS 65/2015	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, para tipificar a aplicação de qualquer forma de castigo corporal, ofensa psicológica, tratamento cruel ou degradante à criança ou adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental.	Romário	03.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Rodrigo Pacheco	CCJ	18.02.2021	CCJ	Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Pacheco, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4393612	Deliberação pelo Plenário
Senado	PLS 227/2015	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas mínima e máxima do crime do art. 244-B.	Wilder Moraes	15.04.2015	EM TRAMITAÇÃO	Magno Malta	CCJ	21.12.2018	CCJ	A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3447669	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PLS 90/2015	Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.	Humberto Costa	04.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Rose De Freitas	CCJ	27.11.2019	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Rose de Freitas, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4428097	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Senado	PLC 154/2017	Institui a Semana Nacional de Combate à Sexualização de Crianças e Adolescentes.	Câmara	29.11.2017	EM TRAMITAÇÃO	Marcos Rogério	CDH	25.06.2020	CDH	Redistribuído ao Senador Marcos Rogério, para emitir relatório.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7307600	Deliberação pelo Plenário
Câmara	PL 9963/2018	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer que a guarda provisória no procedimento de adoção terá eficácia até a prolação da sentença.	Aécio Neves	05.04.2018	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			28.09.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3008/2021 (Nº Anterior: PLS 143/2016).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1649100&filename=PL+9963/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 5167/2009	Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.	Capitão Assunção, Paes de Lira	05.05.2009	APENSADO AO PL 580/2007			22.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-328/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-328/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=653047&filename=PL+5167/2009	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PLP 367/2017	Altera o inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por praticar ou conconer para crime de submissão de criança ou de adolescente à prostituição ou à exploração sexual.	Cristovam Buarque	26.04.2017	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Shéridan	CCJC	14.09.2021	MESA	Arquivado o PLP 65/2020, nos termos do art. 54, combinado com o § 4º do artigo 58 do RICD (inconstitucionalidade e/ou injuridicidade). Desapensação automática do Projeto de Lei Complementar 65/2020, apensado ao PLP 40/2015, em face do arquivamento do PLP 65/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1550457&filename=PLP+367/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 7352/2017	Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para determinar a prioridade na tramitação de processos, em qualquer instância, relativos a atos de alienação parental.	Ronaldo Caiado	06.04.2017	AGUARDANDO ENVIO AO Senado	Aline Gurgel	PLEN	27.12.2021	CCP	Autos à Seção de Autógrafos.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1543512&filename=PL+7352/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	SUG 5/2016	Propõe a criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, equiparando ao crime de Racismo”.	Programa E-Cidadania	12.04.2016	EM TRAMITAÇÃO	Paulo Rocha	CDH	23.02.2021	CDH	Devolvido pelo relator, Senador Paulo Rocha, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2593960	
Câmara	PDC 1041/2018	Susta o despacho nº 2 datado de setembro de 2018 da FUNAI, publicado no DOU de 15/10/2018, seção 1, que reconhece os estudos de identificação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, localizada nos municípios de Altônia, Guairá e Terra Roxa no Estado do Paraná.	Sergio Souza	16.10.2018	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)	Pedro Lupion	CAPADR	21.03.2019	CAPADR	Designado Relator, Dep. Pedro Lupion (DEM-PR)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1686854&filename=PDC+1041/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 490/2007	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.	Homero Pereira	20.03.2007	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Arthur Oliveira Maia	CCJC	24.11.2021	PLEN	Apresentação do Requerimento n. 2458/2021, pela AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DES. RURAL, que "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 490/2007 e do Projeto de Lei n.º 6.299 /2002”.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=444088&filename=PL+490/2007	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 348/2011	Cria dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre antecedentes, tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e responsabilidade do Estado para adequar as entidades de atendimento, públicas ou privadas, às diretrizes e normas deste Estatuto.	Hugo Leal	09.02.2011	APENSADO AO PL 7197/2002	Carmen Zanotto	CSSF	10.11.2016	PL719702	Recebimento pela PL719702, apensado ao PL-7197/2002	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=838767&filename=PL+348/2011	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 1168/2019	Altera o art. 3º da Lei 8.242 de 12 de outubro de 1991 que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências.	Vilson Da Fetaemg	26.02.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Leandre	CSSF	15.12.2021	CSSF	Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CSSF, pela Deputada Leandre (PV/PR). Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação, com emenda.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715067&filename=PL+1168/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 3348/2020	Inserir dispositivos na Lei nº 13.979 de 06 e fevereiro de 2020 para prever a suspensão da exigibilidade das contribuições profissionais de enfermeiros.	Rubens Ottoni	16.06.2020	Apensado ao PL 1263/2020		CTASP	10.03.2021	CTASP	Recebimento pela CTASP, apensado ao PL-1263/2020	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2255257	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 4364/2012	Altera a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.	Poder Executivo	31.08.2012	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Carla Dickson	CSSF	11.10.2021	CSSF	Designada Relatora, Dep. Carla Dickson (PROS-RN)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1022344&filename=PL+4364/2012	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PLS 414/2018	Estabelece um percentual mínimo para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil.	Dalirio Beber	17.10.2018	EM TRAMITAÇÃO	Esperidião Amin	CCJ	11.03.2020	CCJ	Na 9ª Reunião Ordinária realizada nesta data, o Senador Esperidião Amin faz a leitura do relatório e a Presidência encerra a discussão, ficando adiada a votação da matéria.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7876600	Deliberação conclusiva pelas Comissões

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 1263/2020	Reduz temporariamente os valores das anuidades dos conselhos profissionais.	Júnior Mano	30.03.2020	APENSADO AO PL 3979/2019			26.10.2021	MESA	Deferido o Requerimento n. 431/2021, conforme despacho do seguinte teor: Deleio o Requerimento n. 431/2021, nos termos dos arts. 142 e 143, II, "b", e parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara. Apense-se, pois, o Projeto de Lei n. 1.263/2020, com seus apensados, ao Projeto de Lei n. 3.979/2019. Assim, revejo o despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n. 3.979/2019, para submetê-lo ao Regime de Tramitação em Prioridade (art. 151, II, do RICD). Publique-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 3.979/2019: CTASP, CFT (mérito e art. 54 do RICD) e CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões (art. 24, II, do RICD). Regime de tramitação: prioridade (art. 151, II, do RICD).]	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1871643&filename=PL+1263/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 4184/2019	Concede isenção de contribuições corporativas aos profissionais maiores de 65 anos.	Roberto de Lucena	02.08.2019	APENSADO AO PL 313/2019			09.08.2019	CTASP	Recebimento pela CTASP.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1784458&filename=PL+4184/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 313/2019	Isenta de contribuições corporativas aos profissionais maiores de 65 anos.	Rubens Otoni	04.02.2019	APENSADO AO PL 7050/2017	Mauro Nazif	CTASP	26.09.2019	MESA	Deferido o Requerimento n. 2.350/2019, conforme o seguinte despacho: Deleio o Requerimento n. 2.350/2019, nos termos dos arts. 142 e 143, II, "b", do Regimento Interno da Câmara. Apense-se o Projeto de Lei nº 313/2019 e seus apensados ao Projeto de Lei nº 7.050/2017. Em consequência, revejo o despacho de distribuição apostado ao Projeto de Lei nº 7.050/2017 para incluir como competente quanto ao seu mérito a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Publique-se. Oficie-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL Nº 7.050/2017: CTASP; CIDOSO; CFT (mérito e art. 54 do RICD) e CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões (art. 24, II, do RICD). Regime de tramitação: ordinário (art. 151, III, do RICD)].	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707412&filename=PL+313/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Senado	PL 4032/2019	Altera a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer que a OAB prestará contas ao Tribunal de Contas da União e deverá garantir aos cidadãos o direito fundamental de acesso a informações, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	Juiza Selma	11.07.2019	EM TRAMITAÇÃO	Weverton	CCJ	24.03.2020	PLEN	Aguardando inclusão em Ordem do Dia, do Requerimento nº 125, de 2020, do Senador Weverton, que solicita tramitação conjunta do PL 4.032/2019 com o PL 393/2020.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7979580	Deliberação conclusiva pelas Comissões
Câmara	PL 513/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas	Fausto Pinato	27.02.2015	APENSADO AO PL 6253/2013			20.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-234/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1304082&filename=PL+513/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 3340/2000	Determina que a criação de novos cursos superiores de direito dependerão de parecer da subseção da OAB, e de cursos de odontologia, medicina, psicologia e veterinária, de parecer da representação local dos respectivos conselhos regionais de classe, e dá outras providências.	Renato Silva	28.06.2000	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Fábio Trad	CCJC	03.12.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3124/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1720273&filename=PL+3340/2000	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Câmara	PL 6253/2013	Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.	Wilson Filho	03.09.2013	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Geovania De Sá	CTASP	20.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-234/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1125464&filename=PL+6253/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 1004/2011	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.	Efraim Filho	12.04.2011	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Rogério Correia	CTASP	07.04.2021	CTASP	Designado Relator, Dep. Rogério Correia (PT-MG)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=858693&filename=PL+1004/2011	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 8970/2017	Dispõe sobre a desburocratização de procedimentos administrativos.	Julio Lopes, Paulo Abi-Ackel	30.10.2017	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			21.05.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-1591/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1616240&filename=PL+8970/2017	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 9663/2018	Altera a Lei nº 9.659, de 27 de maio de 1998, para determinar que os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas mantenham listagem dos profissionais credenciados, contendo as informações que especifica.	Pedro Cunha Lima	28.02.2018	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Kim Kataguri	CTASP	22.06.2021	CTASP	Aprovado o Requerimento de Retirada de Pauta, do Deputado Rogério Correia.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1641890&filename=PL+9663/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 10615/2018	Altera a Lei n.º 12.524, de 28 de outubro de 2011, para disciplinar a cobrança de contribuições pelos conselhos profissionais.	Chico D'Angelo	11.07.2018	APENSADO AO PL 7050/2017			19.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-162/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1676352&filename=PL+10615/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 11065/2018	Dispõe sobre a disponibilidade de acesso público às consultas e informações cadastrais relativas aos profissionais registrados nos conselhos de fiscalização.	Carlos Henrique Gaguim	28.11.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)			20.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-174/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1695914&filename=PL+11065/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 722/2019	Estabelece graduação proporcional nos valores das contribuições de interesse das categorias profissionais, cotizadas pelos conselhos profissionais e pela Ordem dos Advogados do Brasil.	André Fufuca	13.02.2019	APENSADO AO PL 1004/2011			04.09.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4630/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1710219&filename=PL+722/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 1885/2019	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para dispor sobre a não obrigatoriedade de pagamento de anuidade à Ordem dos Advogados do Brasil e aos conselhos de fiscalização profissional.	José Medeiros	28.03.2019	APENSADO AO PL 7050/2017			16.04.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/04/19 PÁG 295.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1725586&filename=PL+1885/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 1743/2020	Acresce § 3º ao art. 6º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para estabelecer redução temporária de anuidades devidas a entidades fiscalizadoras do exercício profissional em decorrência de pandemias, e dá outras providências.	Danilo Coelho	09.04.2020	Apensado ao PL 3979/2019		CTASP	29.11.2021	Mesa	Desapensação deste do PL 856/2020, por ter sido o último retirado pelo Autor. Deferido o Requerimento n. 2.294/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Defero, com fundamento nos arts. 104, caput, e 114, VII, do Regimento Interno da	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2247053	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 2635/2020	Altera a Lei nº 8.662, de 07 de JUNHO de 1993 que "Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências".	Gervásio Maia	14.05.2020	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Flavia Morais	CTASP	20.04.2021	CTASP	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 01/04/2021 a 20/04/2021). Não foram apresentadas emendas.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252591	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 1579/2020	Altera a Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965 para reduzir os valores das anuidades devidas por representantes comerciais aos respectivos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais por decorrência de situações de calamidade pública, surto, epidemia, pandemia, endemia ou guerra externa	Capitão Alberto Neto	06.04.2020	Apensado ao PL 3979/2019		CTASP	29.11.2021	Mesa	Desapensação deste do PL 856/2020, por ter sido o último retirado pelo Autor. Deferido o Requerimento n. 2.294/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Defero, com fundamento nos arts. 104, caput, e 114, VII, do Regimento Interno da Câmara. Em decorrência disso, apensem-se os Projetos de Lei ns 1.579/2020 e 1.743/2020 ao Projeto de Lei n. 3.979 /2019.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2243100	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 3237/2020	Altera as leis que regulamentam a profissão de contador para atribuir aos Conselhos Regionais de Contabilidade a competência para instituir e cobrar as respectivas anuidades e multas.	Luís Tibé	09.04.2020	Apensado ao PL 3979/2019		CTASP	29.11.2021	Mesa	Desapensação deste do PL 856/2020, por ter sido o último retirado pelo Autor. Deferido o Requerimento n. 2.294/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Defero, com fundamento nos arts. 104, caput, e 114, VII, do Regimento Interno da Câmara. Em decorrência disso, apensem-se os Projetos de Lei ns 1.579/2020 e 1.743/2020 ao Projeto de Lei n. 3.979 /2019.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2247053	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 852/2020	Institui a suspensão do pagamento de jetons em casos de pandemia e estado de calamidade pública.	Kim Kataguri	23.03.2020			Mesa	23.04.2021	Mesa	Deferido o Requerimento n. 2.294/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Defero, com fundamento nos arts. 104, caput, e 114, VII, do Regimento Interno da Câmara. Em decorrência disso, apensem-se os Projetos de Lei ns 1.579/2020 e 1.743/2020 ao Projeto de Lei n. 3.979 /2019.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2241748&fichaAmigavel=nao	
Câmara	PL 7050/2017	Altera o art. 5º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para determinar a cobrança de anuidade após os primeiros 36 meses de registro em seus respectivos conselhos profissionais.	Professor Victório Galli	08.03.2017	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Mauro Nazif	CTASP	14.12.2021	CCP	Memo nº 161/19 à CTASP, solicitando apensar o PL 313/19 ao de nº 7050/17.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2124768	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 3979/2019	Regulamenta a atuação das autarquias especiais, isto é, os Conselhos de Classes de Profissões Regulamentadas, destinadas ao controle e fiscalização das atividades profissionais de diversas categorias profissionais, geridas por profissionais eleitos pelos seus pares.	Eduardo Bismarck	09.07.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Rogério Correia	CTASP	29.11.2021	MESA	Deferido o Requerimento n. 2.294/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Defero, com fundamento nos arts. 104, caput, e 114, VII, do Regimento Interno da Câmara. Em decorrência disso, apensem-se os Projetos de Lei ns. 1.579/2020 e 1.743/2020 ao Projeto de Lei n. 3.979 /2019. Arquite-se. Publique-se". Apense-se a este(a) o(a) PL-1579/2020. Apense-se a este(a) o(a) PL-1743/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1776652&filename=PL+3979/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 4511/2019	Altera a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que dispõe sobre valores devidos a conselhos profissionais, para vedar a cobrança de taxa pelo cancelamento de registro.	José Medeiros	14.08.2019	APENSADO AO PL 7050/2017			28.08.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/08/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1789923&filename=PL+4511/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 4771/2019	Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais e dá outras providências.	Dra. Soraya Manato	29.08.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Silvio Costa Filho	CTASP	24.03.2021	CTASP	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 23/12/2019 a 24/03/2021 22:07:00). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=179296&filename=PL+4771/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 600/2011	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.	Augusto Coutinho	24.02.2011	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Hiran Gonçalves	CCJC	29.05.2019	CCJC	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=844778&filename=PL+600/2011	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 938/2020	Alteram os dispositivos da lei nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998 e da lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado	Lucas Gonzalez	24.03.2020	APENSADO AO PL 11278/2018			11.03.2021	CE	Recebimento pela CE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1870187&filename=PL+938/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 5557/2019	Alteram os dispositivos da lei nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998 e da lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado.	Lucas Gonzalez	16.10.2019	APENSADO AO PL 11278/2018			31.10.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 01/11/19 PÁG 167.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1822005&filename=PL+5557/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação
Câmara	PL 11278/2018	Institui a Política Nacional do Voluntariado.	Poder Executivo	28.12.2018	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Maria Rosas	CE	26.08.2021	CE	Devolvida à Relatora, Dep. Maria Rosas (REPUBLIC-SP)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1703519&filename=PL+11278/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PL 8013/2014	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.	Glauber Braga	29.05.2013	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Vitor Hugo	CCJC	21.06.2021	CCJC	Designado Relator, Dep. Vitor Hugo (PSL-GO)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1094258&filename=PL+5680/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Câmara	PEC 32/2020	Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.	Poder Executivo	03.09.2020	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Arthur Oliveira Maia	PEC03220	24.09.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão Especial publicado em avulso e no DCD de 25/09/21 PAG 556, Letra C.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1928147&filename=PEC+32/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Senado	SUG 28/2018	Fim da anuidade obrigatória dos Conselhos Regionais para profissionais e empresas	Programa E-Cidadania	19.07.2018	EM TRAMITAÇÃO	Marcio Bittar	CDH	11.08.2021	CDH	Devolvido pelo Senador Marcio Bittar, para redistribuição.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7820576	
Câmara	PL 3528/2021	Reduz temporariamente os valores das anuidades dos conselhos profissionais, durante pandemias, guerras ou estado de calamidade pública de alcance nacional.	Joice Hasselmann	14.10.2021	APENSADO AO PL 3331/2020			12.11.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 13/11/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2089211&filename=PL+3528/2021	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.







Vertical line on the left side of the page.



Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.



Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the left side of the page.